Município
Palmela
Assembleia Municipal

Mandato 2013/2017

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 29 de fevereiro de 2016

Ata N.º 23

No dia vinte e nove de fevereiro de dois mil e dezasseis, pelas vinte horas e cinquenta minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

PONTO DOIS – Proposta de alteração dos termos da escritura de direito de superfície celebrada entre o Município de Palmela e a União Social Sol Crescente da Marateca;

PONTO TRÊS – Regulamento dos cargos de direção intermédia de 3º grau;

PONTO QUATRO – Contrato Interadministrativo de delegação de competências do Município de Palmela na Área Metropolitana de Lisboa relativo ao Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, aprovado pela Lei n.º 52/2015 de 9 de Junho;

PONTO CINCO – Conselho Municipal de Segurança de Palmela – Criação de Grupo de Trabalho para elaboração do Regulamento.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Primeiro Secretário, Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete e pelo Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sra. Ana Filipa Sobral Raposo Maria;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sra. Rosa Maria Ramos Dinis;
- Sr. Luís Manuel Paciência Pato;
- Sr. Simplício Joaquim Guerra Piteira;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sra. Dina Maria Mateus Pereira Serra;
- Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião;
- Sr. Fernando António Figueira Baião;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto;
- Sr. Valentim Rodrigues Pinto;

- Sra. Rute Isabel Morgado Trindade.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sr. Pedro Miguel Martins Pereira;
- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sr. Bruno Eduardo Guerreiro da Luz Grazina;
- Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques;
- Sr. José Manuel da Cruz Silvério;
- Sr. Fernando Luis Justino Coelho;
- Sra. Elisabete Maria Martins Cavaleiro.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático e Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;
- Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino;
- Sra. Teresa Marta de Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira;
- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Cláudia Romão Manuelito Nunes dos Santos;
- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sr. José da Cruz Silvério.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sra. Carla Sofia Freitas Oliveira.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Adília Maria Prates Candeias;
- Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;
- Sr. Vereador Luis Miguel Reisinho de Oliveira Calha;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sra. Vereadora Maria da Natividade Charneca Coelho;

- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sra. Vereadora Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues;
- Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- O **Sr. Nidberto Patuleia Paiva da CDU**, justificou ausência à sessão por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada.
- O **Sr. José da Cruz Silvério da CDU,** Presidente da União das Freguesias de Poceirão e Marateca**,** fez-se substituir pela **Sra. Rute Isabel Morgado Trindade**, Tesoureiro da Junta, que se encontrava presente.
- A **Sra. Ana Cláudia Romão Manuelito Nunes dos Santos da CDU,** apresentou pedido de suspensão de mandato, por motivos profissionais, pelo período de sessenta dias de vinte e dois de fevereiro a vinte e um de abril de dois mil e dezasseis. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Ana Filipa Sobral Raposo Maria** que se encontrava presente.
- A **Sra. Carla Sofia Freitas Oliveira do PS,** apresentou pedido de suspensão de mandato, por motivos profissionais, pelo período de cento e oito dias de vinte e nove de fevereiro a quinze de abril de dois mil e dezasseis. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques** que se encontrava presente.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros **Sra. Ana Filipa Sobral Raposo Maria da CDU** e **Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques do PS** que após juramento de honra e assinadas as respetivas atas, que ficarão apensas à presente, foram empossados no cargo.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que iriam ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

Período de Intervenção dos Munícipes

Agradecendo a presença do público, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que, tratando-se de uma sessão ordinária, o período que se segue é destinado à sua intervenção.

Não havendo intervenções passou de imediato ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Período de Antes da Ordem do Dia

Iniciando o período informou a **Sra. Presidente da Mesa** que foram presentes à Mesa uma Proposta de Recomendação pelo BE, duas Moções do PS e uma Saudação que será apresentada por si.

Proposta de Recomendação do BE *"Por espaço público livre do carcinogéneo "glifosato"*

Tomou a palavra o **Sr. Carlos Oliveira** para apresentar a Proposta de Recomendação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Sobre a Proposta de Recomendação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Então Sras. e Srs. Membros da Assembleia, está aberta a discussão sobre esta Moção, pedidos de intervenção? Há um pedido por parte da Bancada da CDU, do PS, muito bem então tem a palavra pela CDU, António Mestres, por favor."

O **Sr. António Mestre da CDU:**

"Sra. Presidente boa noite, na sua pessoa cumprimentar todos os presentes e para todos uma boa sessão de Assembleia.

Eu acho que a proposta de Recomendação que o Bloco nos traz é um tema sensível para todos e sendo o referido nesta proposta que já foi remetido ao Município de Palmela eu pedia à Sra. Presidente a possibilidade de sobre a mesma ouvirmos o Executivo Municipal, se tem alguma coisa em resposta a acrescentar, de modo a que possa esclarecer todos os Membros da Assembleia."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim, senhor muito bem, fá-lo-emos, antes disso dou a palavra então ao Partido Socialista, Raul Cristóvão, por favor."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Muito obrigada Sra. Presidente. Queria cumprimentar a Sra. Presidente, os Srs. Membros da Mesa, o Sr. Presidente da Câmara, as Sras. Vereadoras e os Srs. Vereadores, Membros da Assembleia, Público em geral, Técnicos da Câmara e Comunicação Social.

Saudar esta questão, posta pelo Bloco de Esquerda, é um problema de saúde pública, é um problema que, efetivamente, levanta questões preocupantes e precisa de alternativas. Há poucas alternativas no terreno, mas há alternativas já estudadas que podem de alguma forma ser tão positivas naquilo que se quer combater, que é as ervas daninhas, que é a limpeza do espaço público em termos de ervas daninhas e de ervas, Há alternativas, temos que pensar como atuar porque o que está em causa é, efetivamente, a saúde pública e não é só na limpeza há também outros casos e, portanto, nós temos que ser pró-ativos não só nos casos que vão sendo conhecidos mas, também, para termos uma autarquia mais verde e para termos uma comunidade mais verde e com melhor qualidade de vida temos que, efetivamente, começar a pensar nessas alternativas e novas metodologias de combate ou de ação sobre o espaço.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Pergunto se há mais alguma intervenção antes de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se quer fazer o favor, não? Então sim pergunto ao Sr. Presidente se quer intervir sobre este tema aproveitando o convite da Bancada da CDU."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Se me der oportunidade."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Com certeza."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Em V. Exa. peço que se considerem cumprimentados todos os eleitos aqui presentes e cumprimento naturalmente também o Público e a Comunicação Social.

Dizer-vos que, de facto, este é um assunto da maior importância e o Município já há anos que tem vindo a refletir sobre a utilização de produtos desta natureza, não este em particular, mas a generalidade deles tem esta substância. Aliás logo no início do ano passado, precisamente um desafio lançado pela Quercus, o Município refletiu, não obstante continuar muito pressionado pela ausência de recursos humanos que permitam através de meios mecânicos, roçadoras mecânicas, roçadoras de utilização manual, etc., proceder à erradicação de ervas em todos os espaços públicos do município e garanto-vos que vale a pena fazer as contas e tentar perceber que são largas centenas de quilómetros quadrados de espaço público, de calçada, que é também uma opção que fizemos e que portanto também por essa via esse tipo de pavimentos permitem o aparecimento frequente de infestantes, mas logo na altura feita essa reflexão nós procurámos junto da Quercus perceber quais eram as alternativas e aquilo que nos foi dito é que poderíamos utilizar uma solução à base de sal e de vinagre.

Essa experiência foi feita em quilómetros de calçada e de facto não resultou. Aliás quer neste fórum, quer no órgão Câmara Municipal amiúde falamos da preocupação das ervas, no espaço público, depois o teor de humidade da zona onde vivemos etc., etc., e nós dizemos mas nós já fizemos aplicação, hoje com a intermitência também da pluviosidade isto não está a resultar, mas de facto essa solução não se mostrou eficaz.

Entretanto o município para além de intensificar este trabalho através de meios humanos e recordo que para além das bermas das vias municipais que utilizamos sobretudo corta canas e roçadora mecânica, que no espaço público utilizamos amiúde aplicação de monda química mas também roçadora mecânica. Aliás neste momento em Pinhal Novo é visível, até porque está quase a terminar a ronda do lado norte e do lado sul, faltam apenas dois bairros mais periféricos, para além dos trabalhadores do Município há uma empresa contratada a fazer o corte mecânico das ervas.

Quanto à utilização, em primeiro lugar uma nota de correção à proposta de Recomendação do Bloco de Esquerda. Nós conhecemos o requerimento apresentado na Assembleia *"ipsis verbis"* e foi enviado à Câmara e, de facto, nós já respondemos. À data de hoje já lá está a resposta de certeza e também respondemos como era nosso dever ao Órgão Assembleia da República e ao Partido que apresentou este requerimento.

Aquilo que dizemos é precisamente isso, demos conta dessa experiência, ficamos preocupados com algum alarmismo que há em relação a esta matéria que gostaríamos de ver confirmado por estudos, enfim isto é como outras coisas que nós vemos diariamente no Facebook, o limão é bom para tudo, o gengibre é bom para tudo, também queremos ver confirmadas estas coisas, com muita preocupação e por isso dissemos que estávamos preocupados e a confirmarem-se as suspeitas aquilo que nós defendemos é que seja vedada a venda dos produtos. Claro, como é que é possível, se está confirmado que é cancerígeno, um produto desta natureza continuar a ser comercializado, e atenção eu vou ler-vos a ficha técnica do produto: "Campos de aplicação: desinfestação de estradas, caminhos, áreas industriais, aceiros, corta fogos, áreas urbanas, espaços verdes de câmaras municipais e juntas de freguesia, escolas, jardins, cemitérios, zonas de monumentos, zonas arqueológicas, vias férreas, zonas aeroportuárias e margens de canais de rega e de drenagem. Especialmente indicado também para eliminar acácias, eucaliptos e silvas".

Depois outra nota que gostaria de dar é que nós quando temos vindo a aplicar este produto, porque não conhecemos outro no mercado com menor teor e concentração desta substância do "glifosato", nós fazemos e esta é uma recomendação talvez por isso, e há aqui gente que já me ouviu dizer isto na reunião de Câmara, parece que a química já não atua tão bem, é que nós utilizamos um por cento que é a concentração mínima, porque há quem recomende outras doses, enfim é a percentagem por litro de água, nós utilizamos a mínima e portanto o que queremos dizer, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, Sra. Presidente é que nós estamos disponíveis, nós e penso que a generalidade das autarquias, e das entidades, e dos agricultores, e de toda a gente que trabalha e que tem necessidade de utilização destes produtos, estamos todos disponíveis para dar um passo de gigante e um passo à frente se efetivamente se confirmar o perigo deste produto, porque é nosso objetivo também abandonar este tipo de produtos desde o inicio. É por isso que nós nas nossas hortas comunitárias fizemos opção por agricultura biológica, é por isso que também defendemos que o Município deve ser uma zona livre de transgénicos e, portanto, nós queremos fazer este caminho, queremos dar um passo para percorrer este caminho e, portanto, aceitamos a recomendação de muito bom agrado. Agora consideramos é que deve de haver um estudo muito sério sobre esta matéria e que deve haver então na Assembleia da República poder legislativo que, de uma vez por todas, tome medidas sobre estes e sobre outros produtos e nós cá estaremos para cumprir a lei. Até lá o que estamos a fazer é um esforço muito grande para utilizar cada vez menos estes produtos, no nosso caso, utilizando mão-de-obra que é escassa e talvez por isso tivéssemos que ter feito o ajuste de serviços em *outsourcing* a várias empresas para nos ajudarem nesta tarefa, não quisemos esperar pelo final de março porque, de facto, as nossas ruas, os nossos passeios, enfim, precisam de um outro aspeto mais cuidado e disse Sra. Presidente..."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"…remetendo para uma leitura atenta também da ficha, que naturalmente é a ficha da empresa, é a ficha do produto, mas tem de haver legislação comunitária e portuguesa que de uma vez por todas esclareça estes assuntos.

Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente. Devolvo a palavra ao Bloco de Esquerda, Carlos Oliveira, por favor."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Obrigado Sra. Presidente.

Eu ouvi com agrado as palavras do Sr. Presidente em relação à recetividade para implementar medidas alternativas ao uso destes produtos, no entanto causa-me alguma estranheza que da parte de uma força política em que compõe o Partido Ecologista "Os Verdes", o Sr. Presidente se esteja a desculpar do uso deste produto com o que vem no rótulo do mesmo produto, que a gente sabe que às vezes são a banha da cobra que as empresas que querem vender este produto nos querem impor. De qualquer modo, como já disse e repito, ouvi com agrado a recetividade por parte de V.Exa. em relação há implementação de medidas alternativas.

Quero acrescentar ainda que em muitas cidades e vilas europeias, por essa europa fora, existe também a pedagogia por parte das entidades municipais para a existência de corredores verdes e da flora nativa desses mesmos locais. Como disse há pouco, e de facto, há muitas queixas em relação às ervas daninhas que crescem nos passeios, mas se as pessoas entenderem que o uso de produtos que lhes causem problemas de saúde é nocivo quando é usado nessas plantas, se calhar aí a própria população entenderá de

outra forma que aquelas ervas daninhas podem ficar lá mais um pouco e que pode haver medidas alternativas para remover essas mesmas.

Disse Sra. Presidente, obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Bem, então Sras. e Srs. Membros da Assembleia, mais alguma questão sobre esta Recomendação? Vamos votar uma vez que o Bloco de Esquerda mantém a sua Recomendação, vamos votá-la?"

Submetida a Proposta de Recomendação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Moção do PS *"Candidatura de António Guterres a Secretário-Geral da ONU"*

Tomou a palavra o **Sr. Fernando Coelho** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, está aberta a discussão sobre esta Moção, por favor. Quem deseja intervir sobre este tema? Não há intervenções? Então vamos votar a Moção."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, passamos agora à Moção sobre o "8 de Março" e, portanto, há Moção como eu disse apresentada pelo Partido Socialista e uma Saudação que eu própria elaborei mas que, entretanto, considero que esta Moção está mais completa e portanto pela minha parte pergunto ao Partido Socialista se quer apresentar a sua Moção? Tem a palavra por favor a Bancada do Partido Socialista, Elisabete Cavaleiro."

Moção do PS *"8 de Março de 2016 – Dia Internacional da Mulher"*

Tomou a palavra a **Sra. Elisabete Cavaleiro** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim senhor muito bem, antes de, vamos colocar naturalmente à discussão e antes disso queria chamar a atenção para dois pormenores e uma pequeníssima sugestão de alteração que fazia.

Os pormenores têm que ver com o quarto parágrafo, onde se diz *"as desigualdades são uma herança dos seculos passados e há apenas"*, o que é que se quer dizer a seguir? Um século ou anos?"

A **Sra. Elisabete Cavaleiro do PS:**

"Eu acho que é uma gralha sim, um século e anos para tirar."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tiramos os anos? Era nesse sentido, não é?"

A **Sra. Elisabete Cavaleiro do PS:**

"Eu não li, por acaso risquei."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"É um século, em princípio deve de ser um século, é mais expressivo do que os muitos anos que se pudesse, exato. Depois outra sugestão também é onde se diz "*os nossos e as nossas crianças e jovens"*, acho que é dispensável, crianças é uma palavra que só tem, só pode ser usado como as nossas crianças, não há os nossos e as nossas crianças, portanto ou dizemos as crianças e os jovens, certo? Pronto só para corrigir, e depois, finalmente, o outro pormenor mas que eu acho que este não é irrelevante. É no penúltimo parágrafo quando se diz na terceira linha *"homens e mulheres"* que vem da ideia de lembrando quem ao longo dos anos pela igualdade entre homens e mulheres e depois diz, *"mas acentua a necessidade de continuar a lutar e a trabalhar efetivamente neste território com medidas e políticas de facto não discriminatórias"* eu diria, quando muito se quisermos ir por aí *"lutou pela igualdade entre homens e mulheres e acentua a necessidade de continuar a lutar e a trabalhar"* é que não é *"mas"*, parece que estamos aqui com medidas efetivamente e políticas discriminatórias.

É aqui, neste território, *"a necessidade de continuar a trabalhar efetivamente neste território com medidas e políticas de facto não discriminatórias"* e portanto eu acho que o *"mas"* naturalmente temos que combater tudo aquilo que for discriminação, mas eu acho que o sentido que aqui está é absolutamente compatível, não é, e não só é compatível como acho mais correto dizer *"e acentua a necessidade de continuar a lutar e a trabalhar efetivamente neste território com medidas e políticas de facto não discriminatórias."*

A **Sra. Elisabete Cavaleiro do PS:**

"Se me permite Sra. Presidente, eu pela leitura que fiz, aliás foi visível que não fui eu que escrevi, porque quando virei dava a leitura por concluída, mas a minha interpretação este *"mas"* acrescenta, dá um valor acrescentado isto pode ter várias interpretações eu por acaso quando li não fiquei com essa ideia, de valor acrescentado, mas mais qualquer coisa."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim, repare o *"mas"* acrescenta, mas quer dizer *"mas"*, não é, ou seja acrescenta mas pretende contrariar alguma coisa que está a ser feito, percebe?"

A **Sra. Elisabete Cavaleiro do PS:**

"Não obrigatoriamente, pode acrescentar no sentido melhoria contínua, não é? Estamos sempre a trabalhar para, mas não há-de ser por causa disso."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"É uma pequena subtileza. Mas isto era só as minhas sugestões, disse que estava aberta a discussão pergunto se há questões que queiram colocar? Podemos votar então? Ah, peço desculpa, o PSD/CDS tem um pedido de intervenção e o Bloco de Esquerda também, não tinha visto, desculpem."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Muito boa noite Sra. Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes.

Referir que vamos, obviamente, votar favoravelmente a Moção e estamos de acordo com a mesma, só achamos, e a exemplo até do que já referimos o ano passado, que deveria também estar colocada aqui a discriminação religiosa e os milhões de mulheres que atualmente são vítimas de um retrocesso civilizacional por perseguições religiosas, e era só a única questão.

Evidentemente que se for assim estaremos de acordo, pensamos que no último parágrafo se pudéssemos discutir as discriminações e violências morais, físicas, religiosas, sexuais, ainda sofridas pelas mulheres que ficaria talvez mais completo, mas é apenas uma sugestão. Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Antes de dar a palavra ao PS, o Bloco de Esquerda por favor, tinha pedido, penso que, tem a palavra a Tânia Ramos."

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"Muito boa noite a todos os presentes, cumprimento a Sra. Presidente e desta forma os demais presentes nesta sala.

O Bloco de Esquerda votará a favor e aquilo que eu gostaria de deixar aqui é que, da mesma maneira como Martin Luther King disse *"I have dream"*, nós temos um sonho de que não seja preciso recordar as desigualdades quando estivermos a festejar o Dia Internacional da Mulher.

Podemos combater as desigualdades através de avanços legislativos, políticas locais e mudanças de paradigmas mas não chega. A verdadeira mudança começa quando nas nossas casas aniquilarmos as diferenças de género, é de dentro para fora que começa a verdadeira mudança, ao sensibilizarmos os nossos filhos homens de que devem respeitar as suas colegas na escola e às nossas filhas que têm o mesmo acesso e oportunidades que os demais.

É a haver equidade nas diversas tarefas de carater diário, do nosso dia-a-dia, é a apoiar a emancipação laboral e a escolha de guerreiras em detrimento da escolha da vida familiar e só desta forma podemos desenvolver uma sociedade equilibrada e que respeita a todos e a todas e que, realmente, não sejam precisos esses tais oitenta e sete anos.

Muito obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada também. Havia mais algum pedido de intervenção? Tem a palavra o Partido Socialista, por favor, Raul Cristóvão."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Muito rapidamente, é para no fundo reforçar o que foi dito agora pelo Bloco de Esquerda, é porque, efetivamente, começa a haver hoje uma maior preocupação institucional também não só com a formação da Secretaria de Estado para a Igualdade, mas também num projeto que está a ser construído entre a Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria de Estado da Igualdade para, exatamente, levar estas problemáticas à escola no âmbito daquilo que se deixou de ter e que se espera voltar a ter no próximo ano letivo uma disciplina de cidadania e em que esteja enquadrado, exatamente, estes valores da Igualdade de Género, e não só mas também, reforçando o papel que as famílias têm, também aí, nas boas práticas no seu seio, porque aí também se conseguem.

Mas também sabemos, e há estudos que confirmam isso, que as crianças uma vez aprendendo na escola transportam para a família novos valores e exigem à família, e este exigir é entre aspas, novos comportamentos e mudam muito o ambiente familiar para a positiva e, portanto, eu acho que é reforçar isso, é assim que se deve comemorar estes dias é com políticas ativas e positivas, não esquecendo o que se passou de mal, mas reforçando aquilo que se pode fazer para que, efetivamente, não tenhamos que esperar oitenta e sete anos e é isso que eu acho que está na mente de todos nós."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, mas já agora eu por acaso acho que essa é a parte que está absolutamente clara aqui, o parágrafo que diz: *"estas desigualdades são resultado de construções sociais baseadas em números estereótipos patentes na família, na educação, na cultura"* quer dizer não dizemos a escola, mas torna-se a educação como processo para além de, que não é só na escola, é na escola fundamentalmente, portanto *"família, na educação, na cultura, nos média, no mundo do trabalho, na organização da sociedade"*, é evidente que podemos."

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"Evidentemente aquilo que eu estava a explicar, estava a acrescentar o valor que neste caso eu, e o Bloco de Esquerda, acreditamos que tem, visto que há tanto tempo que existem políticas ao nível do acesso, ao nível do aumento do salário das mulheres, o que eu estou a falar aqui é realmente num novo paradigma que se entende que é nas nossas famílias, que é a educação que nós damos aos nossos filhos homens e que damos às nossas filhas mulheres. Era só isso que eu estava a querer referir, a importância que é a mudança do estereótipo dentro das nossas casa em relação à igualdade no desenvolvimento das tarefas, no domicilio, no acesso à informação, no acesso aos estudos, na capacidade de liderança, era só isso que nós estávamos a querer acrescentar."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Pronto, eu o que digo é está cá, desculpe insistir, mas está cá e o parágrafo seguinte também, portanto concordo com a ideia mas acho que está espelhada em dois momentos, porque depois quando se diz mais uma vez *"o potencial da evolução das mulheres é particularmente de refrear devido à partilha desigual das responsabilidades"* portanto eu acho que está cá. Já a outra questão não está e portanto pergunto ao PS se quer aceitar a sugestão da violência religiosa ou não?"

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"A violência religiosa está cá quando se fala na violência moral e em geral, porque não vamos especificar. A violência religiosa existe, é transversal a todas as religiões e não vamos aqui categorizar o que é violência, porque podemos considerar violência um ato de agressão, mas também podemos considerar violência o ato do impedimento da mulher exercer determinadas funções dentro de uma igreja e, portanto, estes conjuntos de violência acho que estão cá quando se fala em valores no moral e se fala em cultura. A religião é cultura, a cultura é religião e portanto acho que estas coisas especificar nunca chegaremos aquilo que é efetivamente necessário especificar. Acho que fica melhor, na nossa perspetiva, no geral como violências morais e problemas culturais de qualquer sociedade."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Ficamos assim? Muito bem.

Então vamos avançar, votamos como está. Penso que a Moção está bastante completa e de facto se tomarmos esta expressão da violência em sentido lato, muito bem, vamos votar?"

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"E pronto, terminamos as nossas Moções e Recomendações e passamos à intervenção dos Srs. Membros da Assembleia.

Pergunto quem deseja usar da palavra ainda antes do primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, que será depois a informação do Sr. Presidente.

Tem a palavra o Partido Socialista, por favor, Fernando Coelho."

O **Sr. Fernando Coelho do PS:**

"Sra. Presidente, Sr. Presidente, era só para voltar a lembrar que já na Assembleia anterior, ordinária, tinha solicitado que fossem feitas algumas coisas na zona de Aires, como seja o corte dos arbustos que se encontram na curva mesmo em frente à porta do hotel dos cães, em que a quinta por si já fez a limpeza geral dos arbustos que estavam a impedir o passeio, a passagem de peões no passeio, só que fora da quinta continua uma mancha verde de silvas que dão para a estrada. Quando nós vamos a entrar naquela curva temos que encostar todos para o centro da estrada e fazemos umas fintas desgraçadas aos carros que vêm em sentido contrário, portanto era só para fazer o favor se alguém tentar cortar aquelas silvas que ali estão para que possamos fazer a curva no nosso espaço sem pôr em perigo ninguém.

A outra coisa é uma tampa de saneamento em frente ao número noventa e três na rua da Botânica, que está solta, já foram feitos vários telefonemas para a Câmara pelos moradores da zona e até agora aquilo não foi regularizado e a tampa continua a fazer ruido cada fez que lá passa uma viatura.

A terceira coisa era ver se havia possibilidades de se mandar tapar alguns dos buracos que se encontram em Aires, em especial também na rua da Botânica, e não só, mas é ao fundo da rua da Botânica onde estão as coisas piores, os maiores buracos, há alguns buracos que realmente que já estão com uma fundura significativa. Eram só estas três coisas.

Obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Antes de continuar a dar a palavra ao PS, pergunto se há mais intervenções para intercalarmos? Tem a palavra o Bloco de Esquerda, Carlos Oliveira."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Obrigado Sra. Presidente.

Na passada semana, ou muito recentemente, ocorreu mais um acidente de viação na Estrada Municipal 533, entre Lau e Lagameças.

Sr. Presidente da Câmara a minha questão não é a questão do número de acidentes que esta estrada, ou que esta via municipal, tem tido nos últimos tempos, a minha questão trata-se com o estado do pavimento

da via. Eu sei que já foi anunciado pelo executivo da Câmara que será repavimentada uma secção de cerca de trezentos metros na zona de Lagameças.

Permita-me dizer-lhe, ou tornar pública a minha opinião, é que isso não será suficiente, como também não é suficiente o simples asfaltamento de vias. Acho que o executivo poderia ir mais longe lançando uma campanha de sensibilização junto da população local para o respeito, pelas regras de trânsito local e por uma atitude mais cívica perante a condução nesses locais. Eu sei que repavimentar toda uma estrada com vários quilómetros de distância acarreta uma despesa muito grande para o erário desta Câmara, que é sabido que se encontra em algumas dificuldades financeiras fruto dos orçamentos anteriores que não têm dado tréguas à resolução dos problemas que o Município tem, mas acho que o Município podia em alternativa lançar campanhas de sensibilização, ou uma campanha de sensibilização muito forte no local, para que haja outra atitude dos condutores e dos peões ou mesmo dos ciclistas no respeito pelas regras e sobretudo pelos outros.

É tudo, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Mais intervenções? Tem a palavra o PSD/CDS, Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Na pessoa da Sra. Presidente cumprimento todos os presentes na sala.

Efetivamente, recebemos hoje uma resposta aos nossos requerimentos cujo complemento tínhamos pedido em vinte cinco de novembro de dois mil e dezasseis, relativamente a obras inacabadas. Queria agradecer ao Sr. Presidente ter-nos enviado hoje a resposta, no entanto surge-me aqui algumas dúvidas nomeadamente no prédio em Aires, por detrás do Intermarché, que nos dão a informação no sentido de provável caducidade ao requerente. Pelos vistos houve uma notificação e vão proceder à citação edital, no entanto este processo tem data aqui inicial de noventa e nove.

Depois junto aos Portais da Arrábida é aqui referido que vão ordenar a demolição voluntária de uma vivenda que está em esqueleto ainda.

No Vale de Alhos, referem-nos que há uma instituição bancária, ah não, aqui é um administrador de insolvência para que regularizem então a licença para a construção da obra, e depois noutro processo em Cabanas, à esquerda, aqui é que há um Banco que veio consultar e que estará interessado.

Relativamente ao lote cento e noventa e dois dos Portais da Arrábida, que é de noventa e quatro, diz aqui que se encontra em fase de início de procedimento de caducidade do licenciamento, isto é que com estas datas quer o primeiro, quer este último, pergunto se houve alguma razão para que essa caducidade não fosse invocada antes?

Depois, já agora, acrescento aqui e que na altura não demos esse exemplo porque demos estes quatro exemplos a título mesmo só de exemplo, mas posso por exemplo dar outro que um prédio que está em esqueleto também há muitos anos, neste caso na freguesia de Palmela junto ao Departamento de Urbanismo da Câmara e que depois se o Sr. Presidente também pudesse ver esse processo também agradeceríamos e eu colocarei por escrito.

Quero aqui dizer que relativamente aos abrigos de passageiros que tínhamos também solicitado, já na última Assembleia tínhamos dito que tinha sido feito um trabalho rápido após a nossa solicitação mas na Estrada Nacional, aqui na 379, afinal ainda há um que está ligeiramente esburacado e é também daquela matéria plastificada, se podia haver intervenção da Câmara.

Recebemos também um pedido de solicitação de informação, se o Sr. Presidente nos pudesse depois dizer, relativamente aos Sepulcros Neolíticos da Quinta do Anjo o que é que há de novo sobre isso. E há munícipes que já aqui perguntaram, mas penso que mesmo nos participativos, mas pediram-nos para solicitar novamente, para quando se prevê o asfaltamento da estrada da Quinta da Várzea e da rua Manuel João Lima Simões, em Quinta do Anjo.

Outra coisa, um assunto pequeno, mas eu já duas vezes passei ali junto à Capela de São Gonçalo e agora estão lá afixadas placas de desvio, eu penso que não sei se foi quando andaram ali a fazer lá algumas obras mas aquilo não desvia para lado nenhum deve de ter sido esquecimento, nem sei se foi a Câmara que colocou lá as placas, mas estão lá duas placas de desvio que não considero que devam lá estar deve ter sido nalguma obra que foi feita e até pode não ter sido pela autarquia.

Outra coisa relativamente à iluminação eu já aqui abordei salvo erro no ano passado, aquando da intervenção e do Pelouro da Iluminação à data detido pelo Vereador Octávio Machado, houve intervenção na Urbanização Portais da Arrábida reforçando uma parte da iluminação com outro tipo de lâmpadas porque, efetivamente, as árvores são de grande porte atualmente e na altura o Sr. Vereador disse que ia tomar a devida nota e eu queria saber se estava prevista o completar dessa intervenção.

Disse, para já é tudo, se eu me lembrar depois de mais alguma coisa direi."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Agora dou a palavra ao Partido Socialista novamente, Ricardo Marques, por favor."

O **Sr. Ricardo Marques do PS:**

"Boa noite a todas e a todos, permita-me na pessoa da Sra. Presidente da Assembleia Municipal cumprimentar todos os presentes.

Trago aqui várias situações da freguesia da Quinta do Anjo, nomeadamente uma das situações que já suscitei na minha última intervenção na Assembleia Municipal de vinte e cinco de novembro, sobre a rua das Quintas, em Brejos de Carreteiros, sobre se houve alguma diligência da parte da Câmara Municipal quanto à proposta do Partido Socialista da proibição de circulação de viaturas pesadas nessa mesma rua. As justificações já foram dadas, portanto acho que não vale a pena estar a insistir.

Depois trago outro assunto que tem a ver com duas rotundas na avenida Matos Fortuna, digamos assim, uma delas junto ao Condomínio Palmela Village, o assim chamado, bom só vendo. Não existe qualquer tipo de cuidado do espaço verde em si, na rotunda, as ervas têm praticamente vinte, vinte cinco centímetros de altura, não tive a medir concretamente nem é necessário, existe uma fonte que tem a tinta já gasta, a fonte seca, não existe água a correr, queria saber que tipo de intervenções a Câmara Municipal pode realizar junto da rotunda. Estes assuntos já foram levados pelo Partido Socialista à Assembleia de Freguesia, mas de qualquer das formas reforçasse aqui o pedido, visto que já resultou em melhor intervenção na área da Quinta do Anjo.

Outra das rotundas é aquela que dá entrada pelo Caminho Municipal 1029, junto à empresa Andrade e Céu, essa rotunda não, ou seja existe a rotunda não existe nada lá, houve intervenção do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia dizendo que, e era verdade, que existiam lá ervas daninhas, etc., não havia qualquer cuidado, está lá uma planta ou outra, não tem qualquer tipo de ordenamento, não se assustam é que seja a entrada da Quinta do Anjo, tem uma certa dimensão a rotunda, convém ter algum símbolo também da freguesia da Quinta do Anjo.

Outro assunto que eu trago tem a ver também com a CM 1029. As marcações da estrada da CM 1029 são praticamente inexistentes neste momento, obviamente que a estrada tem muita circulação seria de se pensar numa intervenção nesse sentido. Na CM 1029, na zona dos Brejos de Carreteiros, junto à zona industrial e ao reservatório de água, houve uma intervenção da Câmara Municipal quando foi a ligação dos esgotos à urbanização Brejos Carreteiros, assim denominada, há alguns anos e ficaram ali remendos que estendem-se mais ou menos um quilómetro que vão desde o reservatório da água até praticamente a uma empresa que vende tintas e tem ali um minimercado. Ora ainda mais grave estes remendos, para além da tampa dos esgotos, ainda é mais grave é junto à rua das Quintas ou aquela curva, em que a curva faz uma ligeira inclinação e ainda tem os remendos todos, ora quem passa lá mesmo a quarenta à hora dá um pequeno ressalto na sua viatura o que pode provocar algum perigo e tenho dito, é tudo.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais algum pedido de intervenção? Tem a palavra novamente o Partido Socialista, Raul Cristóvão, por favor."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Muito obrigado Sra. Presidente.

Eu vou pôr aqui uma questão, que já foi posta na reunião da Vereação, mas que é importante que a Assembleia Municipal também a aborde e tome conhecimento dela, porventura alguns de nós já terão conhecimento da mesma, que é a questão dos cortes e dos desbastes dos sobreiros que aconteceu fruto da estrada que foi construída na Biscaia, no acesso à empresa Verdasca.

Estas questões, apesar das respostas já dadas pela Autarquia e não pondo em causa, e todas as questões que aqui estamos a pôr não são questões que se ponham em causa a empresa ou a existência da mesma, mas relembrando que, também não pondo em causa ou não estando indiciado que seja a empresa que tenha tido alguma coisa com os cortes, a verdade é que, associado ao tempo, aparecem cortados três grandes sobreiros, cortados pela base dezasseis e sessenta deles foram desbastados.

Nós sabemos que os sobreiros, todos sabemos, são árvores protegidas, é uma espécie florestal protegida, que tem um grande valor económico, porque já que falamos em economia os sobreiros têm um grande valor económico para além de serem espécie protegida, e, portanto, preocupa-nos que no território, e naquele espaço, voltem a aparecer situações, poderemos dizer, de crime ambiental e que, efetivamente, não estamos numa altura em que a culpa morra solteira.

Para aparar, para desbastar, para tirar a primeira cortiça, para tirar a cortiça, é preciso autorização. Para cortar sobreiros é preciso uma autorização do ICNF e, portanto, efetivamente, não havendo essa autorização estamos perante um crime. A estrada foi alterada, os proprietários dos terrenos adjacentes à empresa parece que não foram ouvidos, não foram tidos em conta, há aqui todo um processo, uma autorização dada pela Câmara Municipal, há um processo de fiscalização que nos dá ideia que falhou, de algum modo falhou, porque aparecem ao mesmo tempo os cortes nos sobreiros, a intervenção ilegal nos sobreiros, e o PS gostava de perguntar, sabendo bem que a Câmara já reputou o facto ao ICNF, se já tem uma resposta?

Depois, se há ou não há uma denúncia pública, uma queixa pública, sobre este facto? Porque, efetivamente, há aqui um crime ambiental muito doloso para o concelho e para os proprietários. É preciso saber quem foi, é preciso que a culpa não morra solteira, porque o ambiente não pode ser visto só segundo alguns interesses, o ambiente tem que ser visto segundo o interesse primordial da vida e do nosso território e, portanto, há um interesse económico da empresa, há a estrada, concretizou a estrada, a estrada foi autorizada, houve alteração ao projeto da estrada, mas entretanto os sobreiros aparecem cortados, os sobreiros aparecem desbastados, desaparecem três grandes sobreiros sendo que um deles ainda não foi removido e ainda lá estava há poucos dias.

É uma situação que nos preocupa, não sendo uma situação diretamente da autarquia a autarquia é responsável pelo seu território e, portanto, preocupa-nos que estes factos aconteçam e aconteçam muitas vezes, nós sabemos, pela calada da noite, ou pelas madrugadas, mas a verdade é que não há sobreiros de primeira nem de segunda, quando há um corte ilegal de sobreiros ele tanto é ilegal aqui como em qualquer outro território. E, portanto, nós temos que saber efetivamente o que foi feito, qual é a posição do ICNF, e o que é que podemos dizer às pessoas, e o que é que podemos dizer nesta Assembleia e a autarquia e aos nossos concidadãos o que é que está a ser feito para que, efetivamente, de algum modo se consiga perceber o que é que se passou ali, perceber não, apanhar e saber quem é que fez aquele crime ambiental que mais uma vez lesa o património ambiental do concelho.

Tenho dito."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Continua o Partido Socialista a usar da palavra, Bruno Grazina, por favor."

O **Sr. Bruno Grazina do PS:**

"Boa noite, Senhoras e Senhores.

Eu queria só fazer uma intervenção muito sintética sobre dois temas que me tem preocupado bastante. O primeiro fixa-se com a questão do Centro de Saúde do Pinhal Novo. O Centro de Saúde do Pinhal Novo tem diariamente um serviço de consulta aberta e esta consulta destina-se a situações agudas, portanto é marcada no próprio dia procurando assim evitar o excesso de afluência nos serviços de urgência dos hospitais.

Tem ocorrido de forma recorrente a falta de médicos, nesta consulta aberta no Centro de Saúde do Pinhal Novo, o que impossibilita muitas vezes o atendimento de utentes e o atendimento mais próximo disto é mais de seis quilómetros, o que nos causa profundas preocupações em especial quanto aos casos de cidadãos idosos e/ou com mobilidade reduzida. Sabemos, também, que o atual Governo já manifestou intenção de aumentar o número de médicos nos Centros de Saúde e sabemos, também, que a Autarquia tem competências restritas ao nível da área da saúde, mas tendo ainda assim um papel a desempenhar nessa área, se não nem sequer teria pelouro, gostaria de questionar o executivo se tem acompanhado esta questão, se partilha das nossas preocupações e se equaciona de alguma forma a adoção de medidas para minorar esta situação, como por exemplo a disponibilização de transportes para que nos dias que não existe médico na consulta aberta estes doentes possam ter algum apoio na deslocação, não se trata de transporte de doentes porque isto não são casos de urgência são casos de pessoas que surge uma questão aguda, já vi que os senhores discordam, mas pronto, terão obviamente oportunidade de dissertar sobre este tema depois, mas pronto deixo aqui então um convite à reflexão sobre este tema.

O segundo tema que me preocupa é o estado atual do estacionamento do lado sul da estação ferroviária de Pinhal Novo. Sabemos que a obra de qualificação do estacionamento está na agenda do Município, sabemos que se trata de um processo complexo de negociações com as Infraestruturas de Portugal, contudo enquanto essas negociações decorrem com avanços e recuos a verdade é que o problema persiste. Continua sem existir um estacionamento digno no lado sul da estação ferroviária de Pinhal Novo. Há algum tempo foi feita uma intervenção que substituiu o piso anteriormente existente melhorando substancialmente o piso na zona do estacionamento, no entanto as chuvas que se têm feito sentir nos últimos meses e semanas, e este ano tem sido particularmente gravoso nesse aspeto, veio degradar bastante este piso existindo atualmente irregularidades que são uma ameaça não só para os condutores mas também para os cidadãos que ali circulam a pé. Assim, desta forma, e para terminar a minha intervenção gostaria também de sugerir ao executivo que considere uma nova intervenção para a uniformização do piso, obra que em muito beneficiaria este espaço e que na nossa opinião resultaria numa concreta melhoria da vida das centenas de cidadãos que diariamente usam e transitam neste espaço. É só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Mais alguma intervenção? Tem a palavra o PSD/CDS por favor."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Há pouco só queria aqui salientar mais três questões, relativamente aquele problema da grua em Águas de Moura não sei se houve mais algum avanço, bem como ao processo do Centro de Saúde Pinhal Novo Sul e já agora o Pavilhão da Escola de Palmela, uma vez que votamos todos por unanimidade a existência desse Pavilhão gostava de saber se já tinham sido feitos alguns contatos com o Ministério da Educação. E na questão do Centro de Saúde, o Sr. Presidente deu aqui uns esclarecimentos salvo erro na penúltima Assembleia Municipal e gostava de saber se há mais algum progresso. É só obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Pronto, então mais alguma intervenção? Terminamos este período com uma intervenção do Sr. Presidente, por favor."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Agradeço as questões colocadas e sobre os apontamentos trazidos pelo Sr. Membro da Assembleia Fernando Coelho, naturalmente que tomámos nota. Dizer-lhe que o proprietário na zona onde refere que foram cortados os arbustos, fê-lo após intervenção do Município através da fiscalização, relativamente ao resto, sendo discutível ou não a falta de visibilidade, nós não deixaremos de ir ao local e perceber se é necessário intervir.

Sobre a tampa de saneamento e os buracos, os Srs. Vereadores tomaram nota para ver o que se passa, se já haviam sido rececionadas reclamações ou pedidos de intervenções nos nossos serviços e para fazer andar naturalmente a resposta.

Sobre a questão colocada pelo Sr. Membro da Assembleia Carlos Oliveira, eu acho que o Sr. Membro da Assembleia não leu a notícia toda. A notícia refere a certa altura que a intervenção na 533-1 vai ser feita por troços e o troço que estamos a falar é um troço que mereceu aquele destaque dado o valor que ali está em presença. É que há uma intervenção de saneamento de argilas e de recompactação da camada de sub-base antes da colocação do alcatrão, porque é, de facto, a zona onde há maior oscilação no terreno dado o intenso tráfego também de pesados, até hoje aqueles que transportam viaturas na zona da Ria Ibérica, basta ir lá com frequência, como eu sei que o senhor também vai para a zona das Lagameças, para ver o que ali se passa.

Depois, esta estrada é uma estrada muito longa, eu não sei se os senhores sabem onde começa e onde acaba a 533-1. Começa em Penteado e acaba quase na Loja Nova e, de facto, é uma estrada que tem vários troços em perfeitas condições e tem outros que necessitam de ser intervencionados e é isso que nós vamos fazendo.

Depois há outras questões ao nível da sinalização horizontal e vertical, a vertical é sistematicamente desrespeitada. Na zona onde tem havido acidentes está lá um sinal de cinquenta, nós o que vamos tentar fazer é à medida que fazemos as repavimentações e as correções, fazer a sinalização horizontal, nomeadamente a guia central e as guias laterais, e nalgumas zonas a anteceder de passadeiras que também já não foram pintadas porque o tempo não o tem permitido a empresa vem cá, está dois dias, depois vai-se embora, depois temos que andar a chateá-la para vir cá mais oito dias, mas está prevista a colocação de bandas cromáticas a anteceder as passadeiras, mas felizmente os acidentes nem se têm dado, nas passadeiras, infelizmente tem que ver com as velocidades que ali são praticadas. Devo dizer que sabemos que a GNR está a atuar com maior preocupação na zona também do Lau, onde ali numa determinada zona de reta há velocidades acima dos cem, cento e vinte quilómetros, quando se trata de uma zona onde está um sinal de circulação a setenta e nós procuraremos com medidas de sinalização vertical tentar induzir nos condutores outro tipo de comportamento.

Quanto às zonas que vão ser repavimentadas, de facto Lagameças uma zona que está bastante deteriorada, há outra zona do Lau, ali junto à curva do entroncamento da rua com o Fandanguinho, enfim temos vários troços, até na própria 533 que aqui na avenida dos Caminhos de Ferro também há-de levar ali um pequeno troço pavimentado, na Palhota no cruzamento houve repavimentação e estão outras zonas sinalizadas.

Depois, questões colocadas pela Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto. Sra. Membro da Assembleia, se a senhora tivesse recebido a resposta mais cedo se calhar a resposta era ainda mais incompleta porque, de facto, aquilo que se trata são de processos que têm atos administrativos, de notificações, de prazos de resposta, os próprios notificados também apresentam requerimentos, portanto são processos naturalmente morosos, não vale a pena tentar fazer aqui uma ligação entre um processo que entrou em noventa e quatro, olhe eu posso apresentar um PIP (Pedido de Informação Prévia) em noventa e quatro e construir em dois mil e cinco, perfeitamente normal, esse PIP já não é valido mas posso ir repondo pedidos de viabilidade. Portanto não tem que ver com a data do processo, tem que ver é com os atos intermédios. Um Banco pode pedir a suspensão do procedimento, pode pedir um averbamento, mudança de titular que dantes era de um particular depois passa para um Banco, depois passa para um administrador de insolvência. Cada vez que há um ato destes os prazos são outros, pode haver quando esta notificação do sentido provável de caducidade é para as pessoas levarem um cartão amarelo e saberem que ou apresentam as especialidades, ou as

alterações, ou uma licença especial para acabamentos que a lei não define prazo, e a senhora sabe disto, pode ser cedido aquilo que for entendível como justo para terminar o prédio.

Agora eu pergunto é à Sra. Membro da Assembleia, a senhora quer que a gente pegue numa bulldozer e mande esses prédios todos aí abaixo? De facto aquilo que a administração tem que fazer é levar a que estes processos tenham um bom termo e um bom termo é levar a que os proprietários, desde que não estejam a causar prejuízo a terceiros, porque às vezes há questões de insalubridade, segurança ou até questões de paisagem porque nós não gostamos de ter prédios inacabados nas nossas Vilas, mas serem levados enfim de acordo com a sua disponibilidade financeira a fazerem e a concluírem o investimento e portanto é isso que estamos a tentar fazer. Um dos casos que citou é um caso que está em tribunal, nós não podemos intervir, são casos que estão a aguardar sentenças, estão arrestados, etc., e portanto o Município está à espera do desfecho da sentença para depois continuar o seu trabalho e há-de ser notificado também pelo Tribunal para esse efeito.

Segunda questão, o abrigo que referiu será naturalmente reparado, temos agora outras prioridades, estamos a reparar na 379 a caminho da Moita, só falta um, mesmo ontem tive a preocupação de ir dar uma voltinha higiénica e também fui à Quinta do Anjo, Sr. Ricardo Marques, e também já lhe respondo, e, portanto, será reparado, mas devo dizer-lhe que nós temos tido a preocupação com os TST e com os transportes escolares dos nossos serviços etc., de analisar quais são os abrigos que têm utilização, porque alguns até podem vir a ser desmontados. Se há paragens que deixaram de funcionar nós temos que rever a situação, por que estar lá a reparar um abrigo para passado quinze dias levar um pontapé e ter o acrílico partido, foi o que já aconteceu num desses abrigos, de facto nós temos que ter aqui outra abordagem sobre o assunto, mas esteja descansada que ele está na lista para essa intervenção é uma preocupação permanente que temos e os nossos serviços também já sinalizaram.

Aproveitando estar no uso da palavra para responder à Sra. Membro da Assembleia, na sua segunda volta, "Grua de Águas de Moura" um processo também muito bem documentado no processo, as vezes que foram notificados, os recursos, a apresentação de certidões de segurança, etc., etc., o ponto atual é um dos proprietários está disponível para proceder à desmontagem da grua até final de março, foi esse o compromisso que assumiu com o Sr. Vereador Adilo Costa, numa reunião no Gabinete de Fiscalização.

Sobre as questões do Centro de Saúde, Sra. Membro da Assembleia, tive a oportunidade de divulgar que já fui recebido pelo Sr. Secretário de Estado Adjunto da Saúde, o atual, procurando que nos entregassem quanto antes o programa preliminar porque no âmbito do Contrato Programa que assinámos, com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, o Município, ultrapassando as suas competências, disponibilizou-se para pagar o projeto e os arranjos exteriores como sabe e, portanto, nós temos verba no nosso orçamento para o projeto e estamos neste momento a tentar até abril lançar as empreitadas todas de projetos e estudos, etc., etc., e queremos também avançar com esse processo rapidamente.

O que o Sr. Secretário de Estado na altura, ainda um bocadinho perdido sem saber o que é que lhe aconteceria no atual Orçamento de Estado, nos referiu é que o processo obviamente não está esquecido nem está na gaveta e na passada sexta-feira o meu gabinete telefonou e falou também com a chefia de gabinete do outro lado e houve o compromisso de durante esta semana nos darem informação sobre o assunto, porque nós queremos rapidamente encetar este processo.

Depois, Sepulcros Neolíticos de Quinta do Anjo, o que é que há de novo? Bom ali só há passado e história, mas o que lhe quero dizer é que para nós o que há de novo ali é tentarmos manter a limpeza do local, manter a divulgação do local conforme temos feito, e temos aí umas candidaturas no PRARRÁBIDA, através de uma das janelas da Arrábida que será o "Espaço Fortuna Artes e Ofícios", começar aí um trabalho de divulgação, exposição, que já lá esteve aliás uma pequena exposição sobre o assunto, para depois encaminhar as visitas de estudo e os circuitos turísticos para o local. Decorreram há poucos meses também ainda algumas prospeções e há zonas sinalizadas, e já agora dizer que aquele sítio foi classificado e que no plano de Bacelos, está devidamente protegido, mas hoje os estudiosos dizem que ainda vale a pena perfurar noutros sítios pode ser que se encontrem mais sepulcros e, portanto, o nosso Museu e os nossos serviços de Arqueologia estão a trabalhar nesse sentido.

Quinta da Várzea, Manuel Simões, entre outras, Sra. Membro da Assembleia no âmbito dos processos participativos houve muitas propostas e houve umas que foram mais requeridas e mais votadas do que

outras e umas têm cabimento no Orçamento outras nem por isso, umas têm muitos residentes, outras têm poucos, umas servem muitas pessoas, outras servem muitos e temos procurado discutir isso com estes critérios. Para lhe dar um pequeno exemplo só a da Quinta da Várzea custa cento e sessenta e sete mil euros, portanto nós iremos voltar em abril a dialogar com os nossos munícipes e no quadro das várias propostas que existem de repavimentações, novas estradas, etc., discutiremos as prioridades com toda a seriedade e dizendo: "os recursos são estes, vamos escolher" e foi assim que fizemos e isso permitiu a entrada de muitas novas obras no nosso plano de mandato e creio que entre abril e setembro outras voltarão a aparecer certamente.

Capela de São Gonçalo, desvio de placas, não sabemos o que se passa a Sra. Vereadora vai procurar saber se, se trata de alguma placa esquecida de intervenção dos nossos serviços ou das Infraestruturas de Portugal.

Iluminação Pública, lâmpadas de mercúrio por vapor de sódio, de facto começou não foi no mandato do Sr. Vereador Octávio, já foi no mandato do ex-Vereador Álvaro Amaro, mas não é isso que é importante. O que lamentavelmente temos a assinalar é que a EDP, que tinha como compromisso, até final de dois mil e treze, erradicar todas as lâmpadas de mercúrio, até à presente data ainda não o fez. Todos os dias eu e o Sr. Vereador que temos mais olhinho para estas coisas, encontramos lâmpadas de mercúrio, ainda há duas mil no concelho para substituir e, portanto, procuraremos fazer chegar e fazer a pressão que temos feito, quer no anterior mandato quer neste mandato.

Caro amigo Ricardo Marques, rua das Quintas, Brejos de Carreteiros, proibição de viaturas pesadas, está em análise pelos serviços. Esta questão, é evidente que o Município nas estradas municipais tem autonomia para o decretar mas temos que, de facto, avaliar se é justo ou não em função das atividades económicas, que há no local, procurar perceber as vantagens e as desvantagens, a informação técnica ainda não tem essa conclusão e a Sra. Vereadora está a acompanhar esse assunto.

Rotundas na Avenida Matos Fortuna, um Rotunda à entrada do Palmela Village não é municipal, é do Palmela Village, há no âmbito da operação de loteamento, ainda inacabado daquele condomínio entenda-se, o compromisso de requalificar aquela rotunda, portanto não é uma rotunda que esteja abandonada pelos serviços municipais, porque ela não é tratada pelos serviços municipais, era este esclarecimento.

Segunda rotunda à entrada norte, final, ou início, conforme, do Caminho Municipal 1029, está bem tratada, tem um prado sequeiro, tem alguma vegetação autóctone, tem até sobreiros jovens, tem lá outras árvores, está bem tratada, está cortadinho, estive lá ontem, ontem passei o dia quase todo em Quinta do Anjo, repare, e, de facto, está bem tratada agora não é aquele arranjo paisagístico que nós queremos para o local e também já tive oportunidade de esclarecer, penso eu, já neste mandato, que aquela rotunda tem um projeto de arranjo paisagístico apresentado pelo Palmela Village, para o Quinta do Anjo Village, segunda fase. Como sabemos as coisas estão complicadas, o grupo está com um plano especial de recuperação, o Banco já tomou conta do condomínio, enfim nós estamos à espera de conhecer o novo interlocutor para fazer, digamos, o ponto de situação do conjunto de matérias que não estão bem resolvidas naquele empreendimento.

Estou preocupado é com a rotunda do ovelheiro, que há para aí também umas lagartas, lá está o glifosato não resolve tudo, não é? Há uma lagarta do estrume dos cavalos que está a comer a relva, veja bem as coisas que eu tenho aprendido nesta matéria e possivelmente vamos ter que queimar aquelas infestantes, arrancar, pôr nova terra vegetal e se calhar meter um tapete de relva em vez de sementeira, foi uma das situações que nos foi comunicada pelo arquiteto responsável. Porque é que a relva ali não vinga? É de facto um bicharoco que tem fome.

Remendos, juntas e Brejos de Carreteiros, sim senhor veremos.

Sr. Raúl Cristóvão, sobreiros, caro amigo, nós respondemos aquilo que havia a responder. Fizemos a queixa ao ICNF, ainda não há resposta, fiscalização falhou é a sua opinião. Durante a pavimentação do trajeto houve visita à obra, não foi detetada nenhuma anomalia nem nenhum corte. Eu próprio que passei pelo local, por curiosidade para ver a pavimentação, deparei-me com pernadas do sobreiro caídas na estrada e a associação que fiz foi ao trânsito pesado com cargas elevadas que terá mandado algumas pernadas abaixo. Aquilo com que fomos confrontados posteriormente por denúncia de particulares, e bem, não tem nada que ver com aquilo que nós vimos no local, é de facto uma coisa grave e por ser grave é que nós, mais do que

ter de ficar com a dor de uma coisa que não praticámos, nem fomos coniventes com isso, tomámos a atitude que tínhamos de tomar, que é apresentar queixa no ICNF. Depois dizer-lhe que infelizmente não há crime ambiental na lei, há contraordenações para isto e, de facto, o Partido Socialista aproveitando os seus parceiros da atual maioria pode legislar nessa matéria, nós estamos disponíveis para isso.

Não houve alteração de projetos para a estrada, aquilo que foi pavimentado é aquilo que está no nosso SIG-Sistema de Informação Geográfica, como domínio público, há anos, se está bem ou mal delimitado é uma questão que temos que ver com o Instituto Geográfico Cadastral, não o fizemos de outra forma.

Sr. Membro da Assembleia Bruno Grazina, Centro de Saúde de Pinhal Novo, serviço de consulta aberta, transportes, etc., naturalmente isto até parece mal, o Governo não resolve o problema dos médicos de família, tem intenções, há promessas, vamos ver, eu também quero acreditar, se assim não fosse não dávamos o apoio que temos dado a algumas medidas que não sendo aquelas que nós desejaríamos, ainda assim são progressos relativamente ao anterior Governo, mas quero dizer-lhe que, de facto, nós pretendemos que esse programa dos jovens médicos de família a estagiarem a ficar no sul do país, na Grande Lisboa que é onde há mais falta de médicos, nós defendemos isso há muitos anos, vamos esperar para ver. Agora o Município fazer os transportes? Sr. Membro da Assembleia, nós temos competências onde gastar o nosso dinheiro, mesmo em transportes e deixe-me dizer-lhe o seguinte, informe-se sobre o que são as competências municipais em matéria dos transportes, e para perceber que isto é um assunto que para nós não é esporádico, é recorrente em todas as semanas da Freguesia, apesar de dizerem que é repetitivo, nós voltamos, às extensões de saúde, Srs. Jornalistas, quem nos acompanha, os Srs. Vereadores sabem que é verdade, é porque é um assunto que não nos deixa descansados, amanhã o Sr. Vereador tem uma reunião com a ACES ARRABIDA, com o Dr. Pedro Lopes, ainda é o mesmo, e entre outros problemas que nos preocupa bastante, Quinta das Flores, Brejos do Assa que não tem médico, só lá vai de quinze em quinze dias para duas ou três pessoas, levaremos naturalmente esse problema que para nós é conhecido e para mim particularmente sentido na pele, porque já tive familiares que se queixaram do mesmo, e, portanto, é um assunto que nós mantemos vivo e queremos que haja mudanças qualitativas na resposta.

Segunda questão aqui suscitada sobre o espaço junto à entrada sul da estação da REFER, talvez porque mudou de designação, se consultar aqui o Relatório da Atividade Municipal há-de ver o projeto Intermodal, Pinhal Novo Sul cujo concurso está prestes a terminar, está em fase de análise de propostas, houve um período de suspensão dois ou três dias pedido por concorrentes por erros e omissões, dúvidas, esperamos ter a intervenção no terreno o mais breve possível. Aquilo que possa ser feito lá, em termos de nivelamento do terreno, vamos procurar, ou com os nossos meios ou com o apoio da junta de freguesia, fazer algum tapa buracos, mas qualquer intervenção de vulto ali é dinheiro deitado fora. Aliás recordo que a última vez que lá foram colocados detritos de alcatrão houve quem nos criticasse por isso, houve quem dissesse *"eh pá isto agora ficou muito bom"* mas depois choveu e aquilo foi para dentro da estação e os senhores da REFER diziam que o problema era nosso. Bom eu espero é levar este projeto já adjudicado à REFER para ver se eles ainda cedem noutras coisas porque têm quebrado o compromisso em vários assuntos desta natureza que ficaram de resolver no passado e não resolveram e tem sido o Município, para não prejudicar mais os seus munícipes e porque quer, de facto, o espaço público qualificado no centro daquela Vila, a intervir e a investir para pôr fim àquela situação.

Sra. Presidente, creio que terei respondido às questões colocadas."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigada, Sr. Presidente.

Muito bem, vamos terminar. Peço desculpa temos um pedido de intervenção ainda da parte da CDU, Cristina Moura, por favor.

Eu recordo que ainda há aquele ponto, um supostamente é o da informação do Sr. Presidente da Câmara, mas está bem, Cristina Moura."

A **Sra. Cristina Moura da CDU:**

"Boa noite a todos os presentes.

Gostaria só de fazer aqui alguns comentários ao que o Sr. Presidente disse relativamente à rotunda do Ovelheiro, aos tratamentos contra a praga de lagarta. Atualmente existem tratamentos biológicos bastantes eficazes, nomeadamente a esse tipo de pragas, que são à base de *bacillus thuringiensis* que poderiam ser aplicados, são mesmo super eficazes, pronto, e é uma alternativa a todos os fitofármacos e essas intervenções que estão preconizadas se calhar bastante mais económicas.

No caso do controlo das infestantes e toda a polémica que está em volta na questão dos glifosatos, de referir que para além de todas as mondas alternativas, as manuais, químicas, térmicas, que se poderia também verificar a aplicabilidade da utilização de antigerminantes, ou de retardantes vegetativo. Não sei, efetivamente, se são muito onerosos, ou se é fácil de arranjar a nível do Município porque às vezes há muitos produtos que são comercializados, não estão homologados para ser em comercializados cá em Portugal, não é, mas se calhar verificarmos se existem e se são de aplicação. Era só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Há mais um pedido de intervenção do PS, mas vamos terminar não é? O PS já falou muito, tem a palavra Fernando Coelho."

O **Sr. Fernando Coelho do PS:**

"O Sr. Presidente disse que ia falar com a REFER e já agora se pudesse aproveitar em frente à estação de Palmela havia umas lombas de borracha que já não existem, já só há dois ou três bocados das lombas e o que já proporciona a uma passagem ali a alta velocidade. As pessoas que não conseguem ler o que está escrito cá à entrada, aceleram por ali fora parece que é o Rali das Camélias, portanto era só para ver se eles conseguiam meter ali, reforçar de novo aquelas lombas para evitar que alguém seja atropelado na passadeira."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

" Sim, senhor muito bem.

Então com esta intervenção terminamos este ponto, o do Período antes da Ordem do Dia e vamos passar ao Ponto Um. Pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se quer, ainda assim, sumariamente apresentar a Atividade."

<u>Período da Ordem do Dia</u>

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Presidente, eu procurei resumir aqui em poucas páginas o essencial da atividade que foi intensa neste período, ela foi intensa e em todos os domínios, paralelamente com um esforço grande de preparação do Orçamento e das GOP para 2016-2019.

Gostava de destacar aqui a assinatura do protocolo para a consolidação das encostas do Castelo, que vem permitir uma intervenção estrutural muito urgente, que só a união de esforços e de meios entre diversas entidades torna agora possível. Tratou-se, enfim, de um conjunto de entidades que estão referidas aqui na introdução ao relatório, uma candidatura ao programa POSEUR, pela qual o município pugnou num momento onde apenas havia uma candidatura possível para as encostas de Santarém, passou a ser possível para mais três locais do país, entre os quais Palmela. Estão garantidos dois milhões e oitocentos mil euros, oitenta e cinco por cento da verba do POSEUR, e quinze por cento que o Município conseguiu que fossem assumidos, também, pelo Ministério das Finanças, entidade com a qual, como a Sra. Presidente sabe, desde dois mil e onze vínhamos insistindo para que investisse na recuperação da encosta.

O Município depois de ter já pago vários estudos ao LNEC, lançou o concurso para elaboração de um projeto de execução, projeto muito complexo e esse concurso está a decorrer.

Depois houve um conjunto de outros contatos com a administração central, já referi o contato com o Sr. Secretário de Estado Adjunto da Saúde, mas também já tive a oportunidade de reunir com a Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna sobre o Destacamento da GNR de Palmela, sobre a necessidade de dotar o Destacamento dos respetivos efetivos, exatamente, porque aquilo que temos em Palmela é um Posto Territorial e alguns membros e também a Comandante do Destacamento que aproveitam as instalações de Palmela, mas é o Destacamento de Setúbal que aproveita as instalações de Palmela e, portanto, Quinta do Anjo e outras zonas continuam a queixar-se da falta de policiamento de proximidade e isso só é possível com mais efetivo, com um Destacamento, com outro tipo de brigadas, o binómio homem cão, inclusivamente patrulhamento a cavalo e isso é possível com um Destacamento. Fizemos sentir isso à Sra. Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna que, obviamente, ainda não está muito bem sintonizada sequer aqui com a região para perceber aquilo que se passa, mas acreditamos também que as diligências que fizemos e o diálogo que temos mantido com o Sr. Tenente General Comandante da GNR poderão surtir efeito.

Também tenho já agendada, para dia sete, uma audiência com o Secretário de Estado da Administração Interna, desta feita para falar da requalificação dos quartéis dos bombeiros de Pinhal Novo e Palmela, entre outros assuntos.

Tivemos em Palmela, na sexta-feira passada a Sra. Secretária de Estado da Cultura que, a nosso convite, veio conhecer de perto Palmela, também, terra de Cultura e de Culturas, levámo-la a visitar instalações municipais dedicadas à cultura, o Teatro o Bando, trabalhámos dossiers como o FIAR, o Festival Internacional de Saxofones, levámo-la também ao Espaço ADREPAL, Fortuna Artes e Ofícios, para conhecer o trabalho da azulejaria e o prémio da nossa Maleta Pedagógica no SOS Azulejo.

Uma referência especial, também neste período, naturalmente para a inauguração do Espaço Cidadão, o contrato de comodato com a Junta de Palmela para se instalar naquele espaço que é um edifício com história, e que continua a ser aliás um desafio permanente de descobertas, redescobertas e também novas técnicas de conservação e restauro, porque todos os dias há coisas a descobrir e a restaurar.

Em matéria de recursos humanos, quero também sublinhar o trabalho que tem sido desenvolvido na saúde ocupacional, na promoção da igualdade de género, que ganha visibilidade com a divulgação online do guia prático para aplicação da comunicação inclusiva que, muito em breve, estaremos em condições de editar para toda a organização.

Também em matéria de boas práticas destacaria, na área da qualidade, modernização e tecnologias de informação a nossa participação numa Conferência Internacional do Projeto Nacional Dobrá Správa, em Bratislava, a convite do Ministério do Trabalho, Assuntos Sociais e Família da República Eslovaca. Ainda relacionado com os nossos recursos humanos, foi concluída uma obra de substituição das coberturas e redes de água dos armazéns gerais.

Outra nota, importante também o intenso trabalho na área da proteção civil, mas destacaria apenas a conclusão e entrega para aprovação no Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (INCF) do Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta contra Incêndios.

Na Educação, foram concluídas múltiplas e importantes intervenções de melhoria em muitas escolas básicas, que aqui estão referenciadas na introdução ao documento. Mas estão a ser preparadas outras grandes empreitadas e a nossa intervenção não se esgota também nas instalações, em matéria de apoio à infância e crianças em idade escolar, quero referir, para além dos transportes escolares, da alimentação, de atividades que são fundamentais para o desenvolvimento e que fazem parte do quotidiano dos nossos mais jovens cidadãos, destaco o início do segundo curso do "Aprender a Nadar", e também destacaria aqui a participação de mais de uma centena de alunos no Concurso Kid's Guernica, porque me parece de facto também uma ação de educação para a cidadania que merece destaque.

No domínio da intervenção social, destaco também em novembro, a realização do VII Fórum Social de Palmela, um encontro da responsabilidade do Conselho Local de Ação Social, com mais de uma centena de participantes, houve reflexão sobre novas frentes de trabalho nesta área, sobre os recursos disponíveis, a sua partilha, e obviamente esteve na ordem do dia a discussão em torno das questões dos refugiados e a necessidade do seu acolhimento.

Também já em janeiro de 2016 uma iniciativa que merece também destaque, o Encontro sobre a Diabetes Juvenil – a Escola e a Diabetes na Escola, uma iniciativa organizada pelo ACES da Arrábida, com várias centenas de pessoas. Quer dizer que nesta área, o Município, para além de medidas próprias internas na sua organização no âmbito da saúde ocupacional, elegeu também esta área como uma área a ter em atenção, também participou nessas jornadas, apresentando uma comunicação subordinada ao tema "Exercício na Diabetes".

Depois na atividade cultural muito intensa neste período, particularmente ativa na quadra natalícia, depois tivemos as Janeiras, queria aqui destacar um espetáculo de grande qualidade, produzido pela nossa equipa de animação das Bibliotecas Municipais, "O Grande Dia" uma animação de natal a que assistiram três mil setecentas e dezoito crianças, educadores, professores, acompanhantes em vinte e nove sessões em todas as freguesias do concelho. Os equipamentos municipais continuam a ser um espaço importante na dinamização da música, do teatro, da dança e outras atividades de caráter lúdico, mais de duas centenas de iniciativas, muitas das iniciativas naturalmente de agentes culturais do movimento associativo do nosso concelho. Queria aqui sublinhar o projeto de poesia "Palavras da Nossa Terra", o ciclo de homenagem ao Cante Alentejano, que reuniu mais de quatrocentos participantes, e a Semana da Dança que foram momentos altos da programação neste período.

Pelo décimo ano consecutivo, também uma palavra para a inclusão, Palmela pelo décimo ano consecutivo acolheu o Festival Expressarte – XVI Encontro de Teatro, Dança e Música, uma iniciativa da APPACDM. Mais de seiscentas e sessenta pessoas, em vários espaços culturais do município.

Nos espaços de jogo e recreio, gostaria de destacar três intervenções importantes, um novo equipamento na EB de Olhos de Água 2 – vários milhares de euros, na Lagoinha, novo ginásio de ar livre na Terra do Pão, em Palmela, e a conclusão, neste momento já concluído, do espaço de jogo e recreio do Sobral de Quinta do Anjo que foi totalmente novo, mais do que remodelado.

Depois os trabalhos de revisão do PDM, houve a primeira reunião da comissão de acompanhamento em novembro e houve uma visita da comissão de acompanhamento ao território no dia vinte e nove de janeiro, para conhecerem mais do que na cartografia e nos documentos, nas centenas de caixas e milhares de páginas que vão ter de digerir, o que é o nosso território e os desafios que ele comporta pela sua diversidade de funções. Houve entretanto um avanço relativamente à reserva ecológica nacional no concelho, foi feita a concertação é uma matéria muito delicada que quando for o tratamento das exclusões à REN, vai naturalmente haver muita discussão, esperemos que muitas coisas se possam salvar e que outras se mantenham efetivamente como estão para proteção dos ecossistemas.

Novos passos foram dados na regularização da Ribeira da Salgueirinha, é um projeto que andamos a falar há dois anos, parece que não tem desenvolvimento, mas há muito trabalho a decorrer que a generalidade das pessoas obviamente não tem esta informação, mas quero dizer-vos para além de sondagens, conclusão da limpeza das margens e delimitação das zonas de cheia, tudo isto são estudos, cartografia etc., na zona urbana de Pinhal Novo. Estão em curso, processos de negociação com proprietários sobre parcelas de terreno, e são muitas, a afetar ao espaço de intervenção. O projeto foi terminado e entregue, há uma consulta pública relativamente ao estudo de impacto ambiental que está prestes a terminar, foi tudo entregue à Agência Portuguesa do Ambiente.

Está, também, concluída a ampliação da rede de esgotos (doméstica e pluvial) na zona da Carregueira em duas ruas 25 de Abril e 1º de Maio, mas também a travessa de São Domingos, a da Juventude etc., estão adjudicados, estudos para outros prolongamentos, em Quinta do Anjo, Carregueira, Lagoa da Palha e Lagoinha. Faltou aqui referir a intervenção na José Luis Cipriano que também levou o prolongamento dos esgotos. Não referi nos espaços de jogo e recreio a conclusão de uma obra importante, em Aires, que aliás está bem ilustrada na capa desta informação.

Na área do abastecimento de água, muitos prolongamentos, muitos atos de gestão, prevenção, seccionamentos, etc., mas que queria aqui destacar a implementação do sistema de gestão patrimonial de infraestruturas de abastecimento de águas e drenagem de águas residuais que trabalha, enfim, estas questões da eficácia, também da eficiência, das perdas, só para dizer que este sistema a generalidade dos participantes neste curso e neste projeto são entidades gestoras multimunicipais e privados e que apenas dois municípios estão envolvidos neste trabalho.

Intervenções no espaço público, lá está o espaço de jogo e recreio de Aires. Estava aqui noutro momento, o arranjo da zona envolvente sul da estação ferroviária em Venda do Alcaide, depois do acesso o arranjo paisagístico foi concluído e a empreitada do parque intermodal da estação ferroviária Pinhal Novo-Sul.

O Centro de Recolha Oficial de Animais Errantes está em curso, foi dado um passo importante também no incentivo à adoção, que é uma política que já vimos a desenvolver há quatro anos, mas que está agora com outro élan, até porque se conseguiu também protocolos, contratos, com diversas clínicas veterinárias, no sentido de assegurar a esterilização de animais adotados.

Na área da sensibilização ambiental, destaque para o Dia da Floresta Autóctone, com várias iniciativas, dirigidas a vários grupos da população, limpeza de espaços florestais no Parque Natural da Arrábida entre outros.

Intervenções na rede viária, conclusão da pavimentação do Aceiro dos Arraiados, em Pinhal Novo antes do prazo, da Rua Miguel Cândido, em Quinta do Anjo do prolongamento. Convido-vos a analisar com mais detalhe no relatório sobretudo para se perceber a natureza, as centenas de intervenções das nossas brigadas, por administração direta, algumas estão até em metros lineares de limpeza de bermas, de abertura de valas, de repavimentações, enfim um trabalho sempre permanente e infindável.

Foi comemorado depois, na área do Turismo, o Dia Europeu do Enoturismo, em parceria com a Associação da Rota de Vinhos da Península de Setúbal, destaque aqui para o Programa Palmela – Experiências com Sabor!, dois fins de semana gastronómicos o Moscatel e o da Fogaça, enfim a Fogaça continua a adoçar-nos a boca, entre outras coisas, mas queria aqui destacar em novembro, O Fórum "Turismo Cultural – Qualificação, Inovação e Desenvolvimento" que trouxe entidades, técnicos, profissionais do turismo e empresas na análise de bons exemplos de dinamização deste setor específico e analisou as oportunidades do território. Foi um encontro com participações tecnicamente muito avalizadas pelo que todos aprendemos bastante.

Uma nota final para transmitir que, de forma a simplificar a informação prestada, a relação dos compromissos plurianuais passa a fazer parte do relatório de atividades, sendo aqui reportados os períodos compreendidos entre um de novembro e trinta e um de dezembro de dois mil e quinze e de um a trinta e um de janeiro de dois mil e dezasseis, passa a fazer parte integrante deste relatório.

Sra. Presidente foi o mais depressa que consegui."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, alguma questão neste ponto? Então tem a palavra o Partido Socialista, Sr. Membro da Assembleia José Carlos Sousa."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Muito obrigado.

Boa noite Sra. Presidente, Srs. Membros da Assembleia, Sr. Presidente de Câmara, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, Público, colaboradores da Câmara Municipal, Srs. Jornalistas, muito boa noite a todos.

Eu habitualmente não leio este documento da Atividade Municipal leio o grande, aliás, é o que me dá, enfim, aquele gosto imenso de o fazer, mas percebo que este documento mais pequeno é um documento, enfim, que eu podia chamar como um mandato premonicional porque tem a data de vinte e nove de novembro de dois mil e quinze e, portanto, é que a vinte e nove de novembro de dois mil e quinze o Sr. Presidente já sabia tudo aquilo que ia acontecer nos dois meses a seguir.

Tirando esta pequena nota, duas notas mais, é difícil de fazer o relatório e o relatório tem sido feito…"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Foi por isso que eu não assinei a informação, não sei se reparou."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Não sei se isto dá origem a alguma coisa mais, mas pronto.

Duas notas mais, é sempre difícil o relatório está mais legível neste período de ano em que acaba um ano e começa outro, digamos que tem havido algumas evoluções nesse sentido, no entanto continua a haver aquilo que eu entendo que é uma baralhação clara em relação àquilo que acontece no período. O período acabou a trinta e um de janeiro e, portanto, se a Sra. Secretária de Estado, eu sei que o senhor tem muito gosto em dizer aqui que a Sra. Secretária de Estado cá esteve mas esteve no dia dezanove, percebi que foi de fevereiro, não é para este relatório que tem que vir da mesma maneira que a Comemoração do Dia Nacional do Enoturismo, foi hoje, não é para este relatório que tem que vir, tem que vir para o relatório que nós vamos ver a seguir, estas eram duas notas. Eu percebo que é difícil de fazer mas acho que para não existirem repetições terão que existir claramente uns consensos em relação ao período de tempo em que terminamos aquilo que é relatável no relatório.

Do relatório em si, que li com muito gosto, gostava de deixar três ou quatro notas.

Primeiro agradecer o envio das listagens dos processos de contraordenação, penso que isto já foi em novembro, mas eu não agradeci em dezembro e portanto estou agradecê-lo hoje porque penso que, eticamente, o devo fazer. Quer os iniciados, quer os em curso e é muito interessante porque aconselho-vos também a dar uma leitura naqueles processos de contraordenação, os que são contra a Câmara e os que são colocados pela Câmara, há de tudo e coisas que não nos passa efetivamente pela cabeça, eu conheci alguns fenómenos mas enfim fiquei maravilhado com outros.

Relativamente ao relatório, duas preocupações: primeiro com a formação dos colaboradores da Câmara Municipal. O Centro de Formação não fez durante este mês de janeiro qualquer formação interna, eventualmente estará a fazer o seu Plano, mas só houve sete horas de formação externa para um funcionário dos oitocentos e noventa e oito do Município e, portanto, penso que isso será de rever ou de tentar de alguma forma ajustar com um plano plausível de formação.

Acidentes em trabalho, no ano de dois mil e quinze existiram sessenta acidentes em trabalho, de acordo com este relatório, ou seja são quase sete por cento dos funcionários, é relevante, acidentes em trabalho Sra. Vereadora sete por cento dos funcionários, mais de sete por cento, é relevante e neste período de janeiro já houve cinco acidentes em trabalho. Não sei o que é que conseguimos melhorar, não sei sinceramente, não sei o que é que conseguimos melhorar, mas, eventualmente, a prevenção tem que ser aqui uma bandeira que teremos que lançar claramente a este nível.

Fico satisfeito pelo número de consumidores de água do concelho ter crescido num ano cerca de cento e cinquenta, temos cerca de cento e cinquenta novos consumidores no concelho, e relativamente aos Sepulcros Neolíticos, que a nossa querida amiga Rosa aqui falou há pouco, e ao Castro de Chibanes, eles não têm visitas, não tiveram nenhuma visita durante o ano anterior, não tiveram nenhum visita durante este mês de janeiro, e eu gostava de tentar perceber o que é que está aqui em causa no sentido de termos retirado, aparentemente, estes dois importantes vestígios históricos que temos no concelho das rotas mesmo das escolas, não há visitas portanto gostava de saber disso.

Por outro lado na página setenta do relatório fiquei, enfim, satisfeito por um lado mas um bocadinho interrogado por outro. Houve deslocação de pedras do arco da antiga ponte existente no recinto do Mercado do Pinhal Novo, ou seja falamos nisto há mais de uma década onde é que temos as pedras, as pedras estão todas, dá para fazer o arco, onde é que vamos dirigir o arco, etc., foram mudadas. Primeira pergunta para onde? Segunda o arco está completo?

Depois naquilo que o Sr. Presidente há pouco denominou como voltinha higiénica, penso que lhe terá escapado, ou se calhar não escapou, a lomba que nasceu na Infante D. Henrique no Pinhal Novo. Enfim, foi uma lomba que nasceu antes do Natal, teve ali um prenúncio de conclusão entre o Natal e o Ano Novo, nada aconteceu, ficou lá negra, sem nenhuma sinalização ou com uma sinalização de obras sempre caída, enfim lá andavam os senhores a levantar as placas e tal, de vez em quando, enfim, não estava claramente sinalizada em condições, nem para quem vem da Lagoa da Palha ou da Palhota, nem para quem sai do Pinhal Novo. Chegou o janeiro, o janeiro passou e a lomba foi pintada, disse a minha filha hoje, a vinte e quatro ou a vinte cinco de janeiro, ou seja mais de um mês para uma obra daquelas quando não choveu todos os dias, já há pouco aqui colocou essa questão. Agora, a sinalização horizontal, portanto, está na lomba ponto final, agora a sinalização vertical para quem sai do Pinhal Novo está demasiado longe da lomba porque tem, efetivamente, o cruzamento e gostava realmente de tentar perceber como é que poderíamos eventualmente melhorar aquela sinalização, porque a sinalização estando tão longe da lomba efetiva dá-me ideia que aqui perde alguma viabilidade naquilo que está feito. Vi aqui no relatório que isto tinha sido administração direta, já não consigo dizer a página, mas foi algures por aqui que vi que tinha sido por administração direta e, portanto, quem é o responsável pela empreitada e até que ponto aquela obra, enfim, teve a sequência e a conclusão que os senhores gostariam de ter.

Já agora e pegando na questão da lomba, continuo a falar da lomba, uma lomba só é só aquela lomba, não há mais nenhuma, quer dizer há uma lá há frente, não, não, não, é que as outras, são outras, não tenho indicação para aqui dizer o que quer que seja sobre elas o senhor dirá *"olhe correu muito bem, pintamos no dia, lançamos a sinalização vertical e horizontal dois dias depois"* é normal, não é normal é esperarmos um mês.

Relativamente à rua António Sérgio que faz a ligação à ponte ao lado norte, é uma rua que já aqui várias vezes falámos, é uma rua que o senhor sabe tão bem como eu que não tem condições para aquela volume de trânsito e que não tem condições, nomeadamente, para os pluviais, porque teve "n", reparações, "n" remendos, toda a gente fez intervenções na estrada, a estrada era um beco, e do beco nasceu uma estrada com mais trânsito dentro do Pinhal Novo e, portanto, com chuva é efetivamente uma estrada perigosa, e o senhor sabe disso, e não tenho visto nenhuma tentativa de intervenção que tem que ser uma intervenção de fundo naquela estrada, ouça não tenho visto, com certeza, com certeza.

Duas notas mais ao nível do Orçamento, mas isto é para discutirmos depois, fiquei, enfim, estranhado, permitam-me o termo, com o facto de termos de um Orçamento de quarenta e dois milhões de euros termos deixado mais de quinze por cento das verbas transitar para o ano seguinte. Falaremos disso com certeza aquando do Orçamento, mas é estranho que fiquem sete milhões e meio de euros, que não sejam utilizados neste ano de dois mil e quinze e que transitem para dois mil e dezasseis. Tem que haver, efetivamente, aqui algumas questões que trabalharemos com certeza aquando da discussão do Orçamento.

Para concluir não podia deixar de falar do IMI e, portanto, continuamos a receber as verbas do IMI em janeiro o que continua a ser estranho para mim e para si também, já sei Sr. Presidente. Houve uma altura ligeiramente abaixo dos anos anteriores, estamos a falar de duzentos e sessenta mil euros para duzentos e trinta mil euros em janeiro, portanto não é significativo, mas a questão é esta inicialmente deu-me aquela explicação que deu aqui a toda a gente, neste momento não me parece que essa explicação já possa colher o que quer que seja, não estamos a falar dos seiscentos mil euros que recebemos e um dos anos em janeiro, não tem a ver com isso. A explicação que me deu, recorda-se com certeza, é que eram pessoas que se chegavam à frente porque estavam ali naquela fase final de pagamento e tinham que pagar, não tinham que pagar, sem multas etc., etc., olhe isso acabou tudo e, portanto, ter duzentos e trinta mil euros de IMI em janeiro é estranho, continua a ser estranho para mim, pronto, e já agora dos onze ponto seis milhões de euros orçamentados para o IMI, em dois mil e quinze, com certeza que já fechou as contas e nos poderá dizer aqui qual foi, enfim, a diferença entre o orçamentado e o efetivamente recebido.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção Sras. e Srs. Membros da Assembleia? Algum pedido de informação neste período?

Sr. Presidente pedia que fosse mais breve, está bem? "

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado.

Muito bem, então relativamente às questões suscitadas pelo Sr. Membro da Assembleia José Carlos de Sousa, sempre com alguma galhardia e alguma ironia e brincadeira à mistura, quero dizer-lhe que a referência à visita da Secretária de Estado no dia dezanove foi propositada, aliás os Secretários de Estado do Partido Socialista gostam muito de se dar a conhecer certamente, mas fizemos questão de dar também esta nota na sequência de um conjunto de outras diligências, mas são diligências nossas que nós temos estado a procurar sintonizar os governantes com esta realidade é que Palmela não é o tal palácio do Duque de Palmela que nos queixávamos há muitos anos que eram as únicas verbas que vinham nos PIDAC para Palmela, nem é aquele território que fica aqui de passagem quando se vai para o Algarve é que há Secretários de Estado, do anterior e do atual Governo, que acham que Águas de Moura e Marateca e outras coisas do género não pertencem a Palmela. E, portanto, faço questão de lhe dizer independentemente dos quilómetros ou das datas que gostamos que venham a este deserto.

Depois dizer-lhe, já agora, se está tão preocupado com a precisão das datas, de facto, o dia Europeu do Enoturismo é dia oito de novembro, ora se o relatório é de um de novembro a trinta e um de janeiro, este não foi propriamente um tiro ao lado, o outro foi propositado que veio na senda até já fui prospetivo como V.Exa. disse. Sabe o que é? É que a audiência com o Secretário de Estado da Administração Interna, para a questão dos Bombeiros, já esteve marcada duas ou três vezes e, portanto, eu até mandei atualizar a informação, agora passou para sete de março mas vamos continuar.

Sobre a formação, ó Sr. Membro da Assembleia, eu sei que você é uma pessoa minuciosa na análise dos documentos, mas vamos também não confundir aqui algumas minudências, então o senhor quer que no dia dezasseis de janeiro, neste período de janeiro, que haja mais do que sete horas de formação? Desculpe o senhor falou em sete horas, no período de janeiro, mas é para lhe dizer que é perfeitamente normal que nesta altura do ano a formação ainda seja insipiente, agora as inferências que o senhor tira daí valem aquilo que valem, como aquilo que eu lhe digo pode valer aquilo que o senhor quiser entender.

Agora relativamente aos acidentes de trabalho, naturalmente, preocupamo-nos. Olhe preocupamo-nos sobretudo com a saúde e com a idade dos nossos trabalhadores, percebe? Percebe? Que ao fazerem um movimento para despejar um contentor dentro de outro contentor têm uma luxação, enfim acidentes de trabalho, qualquer acidente pequeno ou grande é catalogado como tal pelo médico e, portanto, os seguros depois têm que se pronunciar e infelizmente que temos muitos mas não é que não haja prevenção, porque têm tido muito precisamente formação em higiene e segurança no trabalho, em todas as áreas. Há

trabalhadores que ao descer uma escada se magoam, portanto eu creio que também daí não podemos tirar grandes ilações.

Sepulcros Neolíticos, neste período não há visitas organizadas porque, de facto, Sr. Membro da Assembleia, visitas aos Sepulcros há com certeza, porque há pessoas, há turistas, há famílias que são dirigidas para lá, dos nossos Postos de Turismo, dos Espaços de Enoturismo de Quinta do Anjo, etc., são dirigidos para lá, agora os números a que o senhor estava habituado são os números através do Serviço Educativo do Museu e, de facto, no inverno as crianças preferem fazer outro tipo de visitas e os professores também. Convido V. Exa., enquanto professor, a organizar uma visita que o nosso Serviço Educativo terá todo o prazer em acompanhar os seus alunos e V. Exa. ao local.

Deslocação de pedras no arco da ponte, pois é um trabalho sério. É um trabalho bem pensado há muitos anos, há muitos anos que eu lhe digo que as pedras, de facto, não são fáceis de montar porque eu assisti à desmontagem e apesar de haver um diagrama com a numeração das pedras, aquilo que eu tive oportunidade de observar e o diagrama afinal são fotografias com os números, resolve pouco o nosso desejo de reconstruir o arco. Porque, de facto, não se trata de uma construção de sobreposição de pedras de alvenaria, há pedras que são de travamento, que são de lintel, porque havia partes que eram depois conjugadas com betão, com tijolo de burro debaixo do arco, enfim, com areias, com adobos e aquilo que nós estamos a fazer é um trabalho minucioso, sabe que a deslocação de pedras tem significado, dezenas e dezenas se não mais duas centenas ou três de horas de trabalho, de máquinas e de pessoas, que tentam deslocá-las no espaço do Mercado de um lado para o outro até tentar perceber aquele puzzle. Devo já avançar que o nosso plano de trabalho é, através do envolvimento de alguns artistas plásticos, tentar fazer uma evocação do arco com algumas das suas pedras.

Temos andado a discutir localizações, temos estado a recolher documentação, vamos pedir à população quem tem memórias do arco, quem tem fotos, eu próprio já forneci, por questões familiares e vivi e brinquei como outros que aqui estão naquele…"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente pedia que abreviasse, está bem? Para tratarmos, avançar um bocadinho mais neste período."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"… escorrega e naquele arco, fornecemos já algumas fotografias e haverá certamente outros Pinhal-novenses que o farão e procuraremos depois com aquele material fazer uma evocação e dar alguma dignidade àquela memória.

A lomba na Infante D. Henrique, Sr. Membro da Assembleia, a lomba foi colocada por volta do início de dezembro, sensivelmente, e se o senhor consultar o IPMA (Instituto Português do Mar e da Atmosfera), pode verificar qual foi o comportamento do clima nos últimos dois meses e, como deve calcular, foram feitas dezoito lombas no concelho, foi uma empreitada, a sinalização foi colocada por administração direta, a sinalização esteve em todos os locais, devo dizer-lhe que estamos à vontade até com os senhores automobilistas que dizem que estava e que não estava e que tiraram e que mandaram para o lado, para a valeta, etc., porque nós quando colocamos sinais temos um registo e um cadastro, percebe, fica indicado que naquele dia às tantas horas o sinal número tal, que eles estão lá escritinhos por trás, estava naquele sitio, sendo sinalização definitiva ou sinalização de obra transitória para nos defendermos de outras questões e, portanto, só temos a lamentar que, de facto, o tempo não tenha permitido à empresa que faz depois as pinturas vir logo imediatamente, e isso foi explicado a dois ou três munícipes que se nos dirigiram e fizemos, naturalmente, aquilo que tínhamos de fazer, assim que houve oportunidade a empresa veio fazer as pinturas, mas até lá aqueles espaços tiveram devidamente sinalizados com a sinalização de obra ou a sinalização vertical.

Rua António Sérgio, Sr. Membro da Assembleia, nós temos estudada a repavimentação daquele troço. Está no nosso plano de trabalho para este ano e a repavimentação prevê o encaminhamento das águas para os sumidouros existentes que, neste momento não estão, de facto, a prestar um bom serviço dado as concavidades e os abatimentos que existem na via.

Sobre o saldo falaremos na altura, terei oportunidade de explicar mas já, enfim, deve de perceber o que é que se passa e a diferença entre o orçamentado e o recebido também dir-lhe-ei nessa altura quando fecharmos as contas, a Prestação de Contas vai ser no mês de Abril.

Sra. Presidente disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia vamos passar ao ponto número dois que trata da proposta de alteração da escritura de direito de superfície.

Sr. Presidente quer introduzir o tema?"

PONTO DOIS – Proposta de alteração dos termos da escritura de direito de superfície celebrada entre o Município de Palmela e a União Social Sol Crescente da Marateca

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Vou tentar resumir. Como é sabido foi cedido, à União Social Sol Crescente da Marateca, um terreno para a construção de um Centro de Dia, um direito de superfície por cinquenta anos, mas havia, de facto, um prazo para reversão como é habitual caso não se concretizasse a obra.

Obviamente houve circunstâncias que explicam que a obra não tivesse sido realizada por razões alheias à Instituição e seria injusto acionarmos o direito de reversão e aquilo que fomos trabalhando nos últimos dois anos com a Instituição, depois de um pedido que nos foi feito, foi sem pressas e devidamente concertados trazer esta proposta no sentido de modificar o objeto do direito de superfície, porque a carência do Centro de Dia hoje ou no passado era uma, hoje pode ser para outra valência e, portanto, basta dar-lhe uma designação mais genérica de construção de equipamento social, porque não sabemos ainda se vai haver candidaturas para Centos de Dia, ou para Apoio domiciliário, ou para outra valência, deixemos ver o que é que vai acontecer e naturalmente de acordo com as necessidades e as prioridades definidas pela Instituição, mas também pelo Conselho Local de Ação Social de Palmela, oxalá haja candidaturas para poderem avançar com uma construção e uma resposta social na freguesia. Portanto estabelecemos um novo prazo de cinco anos para efeitos de reversão, se for caso disso.

É isto resumidamente, propõe-se que a Assembleia aprove outorgar a alteração à escritura de constituição do direito de superfície com estes fundamentos, passando a instalação e funcionamento de Centro de Dia para equipamento social e que o prazo de cinco anos para a construção se inicie na data da outorga da alteração.

Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP** ausentou-se da sala pelas 23:02 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, alguma questão sobre esta proposta? Tem a palavra o Partido Socialista, Sra. Membro Elizabete Cavaleiro, por favor."

A **Sra. Elisabete Cavaleiro do PS:**

"Relativamente a esta proposta, o Partido Socialista vai, como não podia deixar de ser, votar a favor no entanto queríamos fazer aqui um parêntese.

A escritura vai ter custos para a Instituição, de facto há aqui em cima da mesa alteração do direito de superfície, Centro de Dia para Equipamentos Sociais, quer dizer um Centro de Dia é um Equipamento Social eu penso que futuramente, embora não seja uma competência da Autarquia, haja mais atenção em relação às IPSS porque, sendo esta até o caso, algumas delas funcionam as suas direções em regime de voluntariado e por vezes estão um pouco desprovidas de apoio jurídico em relação a estas matérias evitando que as próprias instituições tenham custos com as escrituras que poderiam ser eventualmente evitados.

Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Mais alguma questão? Então, não sei se o Sr. Presidente quer esclarecer."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sim, só um breve comentário, só para esclarecer que, de facto, não podemos fazer esse tipo de discriminação, porque nós fazemos isso a todas as instituições culturais, desportivas, sociais, bem-estar animal, etc., nós já damos um património. Se houvesse aqui uma alteração por um erro material do Município, por alguma coisa que fosse da nossa competência nós assumíamos, como aliás já fizemos, mas nesta matéria foi um pedido da associação para se prorrogar, para se alterar o objeto.

Há outras formas de apoiar a Instituição e procuraremos apoiá-la de acordo com os critérios que existem, e os regulamentos que existirem. Percebemos a intenção mas, de facto, é difícil acompanhar uma intenção dessa natureza porque abriria um grave procedente. Aliás seria na mesma lógica de dizer "está bem, então tomem lá um património e agora nós pagamos-vos o IMI do património", não dá isto são custos que tem que ser imputados, quem tiver, de facto, que ser possuidor do bem tem que ficar responsável por todos os custos que dele decorrerem.

Era este comentário Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos então votar esta proposta?"

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE). Aprovado em minuta.

PONTO TRÊS – Regulamento dos cargos de direção intermédia de 3º grau

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Proposta número três, Sr. Presidente, questão dos Recursos Humanos."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP** retomou participação nos trabalhos pelas 23:05 horas.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Vou tentar resumir. Como se diz no corpo da proposta o Município foi obrigado em dois mil e treze, por força da lei, que alterou o estatuto dos dirigentes das autarquias, em resultado, dizia-se, de uma exigência do memorando de entendimento celebrado com a Troika a reduzir em cerca de setenta por cento do número de unidades orgânicas.

Apesar do enorme esforço de todos os intervenientes e em particular dos dirigentes e chefias atuais e do inestimável contributo de anteriores dirigentes, muitos se disponibilizaram para assumir funções de coordenação informal de áreas de trabalho algumas correspondendo a anteriores Divisões, a condensação da Estrutura gerou, como era expectável, problemas de funcionamento devido ao reforço da centralização de competências em eleitos e dirigentes e à diminuição da capacidade de gestão, por força de uma maior diversidade de áreas técnicas sob responsabilidade de cada dirigente.

Só para citar a maioria das Divisões atuais herdou as competências anteriormente afetas a duas ou três unidades do mesmo grau, só para se perceber o nível de condensação que houve, havendo mesmo um caso em que essa aglutinação correspondeu a seis anteriores Divisões.

Ora no ano passado a Lei do Orçamento de Estado introduziu algumas alterações à Lei nº 49/2012 e permitia-se aos municípios, que se encontrem em situação financeira equilibrada, a possibilidade de aumentarem o número de dirigentes desde que cumpridos outros requisitos em termos de gestão dos custos com despesas de pessoal.

Nós encontramo-nos, felizmente, nessa situação e procurámos, apesar de haver aqui alguma margem, também não resolver só o problema das unidades orgânicas e dos dirigentes sob pena de não podermos contratar e quando hoje precisamos mesmo de técnicos também, mas sobretudo também de operacionais.

O Município, reunindo todas estas condições, aprovou no final do ano passado, nos vários Órgãos Municipais uma Alteração à Estrutura Orgânica Nuclear, que resultou no acréscimo de mais duas divisões e mais um cargo intermédio de 3º grau, já tínhamos dois ficamos com três. É com base nesse aumento que agora se apresenta esta proposta de Regulamento dos cargos intermédios de 3º grau, é um documento que antecipa a apresentação da proposta de Estrutura Orgânica Flexível, recordo que essa compete só à Câmara Municipal, mas que será aprovada brevemente em reunião de Câmara, ainda este mês, este mês não o próximo, em Março.

Dizer também que nós percebemos que todos os serviços se confrontam, atualmente, com dificuldades de gestão de vária ordem mas as alterações, não podendo ser também em grande número, tiveram que se concentrar nas áreas que nos parecem mais críticas e que teve a ver com critérios não apenas da dimensão e do número de trabalhadores ou competências das atuais unidades orgânicas, mas sobretudo com a complexidade técnica e volume de trabalho com algumas delas e também a diversidade de áreas técnicas que estavam aglutinadas.

Assim o que propusemos foi, no que diz respeito ao Regulamento dos cargos intermédios de 3º grau, que é isso que vamos aqui falar, a conversão do atual Gabinete Jurídico e de Fiscalização em dois gabinetes o Gabinete Jurídico e o Gabinete de Fiscalização Municipal. No fundo trata-se de recuperar, com as mesmas competências mas estatuto hierárquico diferente, as antigas Divisão Jurídica e Divisão de Fiscalização, mas que passam agora a ser dois gabinetes.

Depois a criação do Gabinete de Organização e Sistemas de Informação, que absorve todas as competências na área da Qualidade, Tecnologias da Informação, SIG, Observatório Económico e Social, atualmente afetas à Divisão de Recursos Humanos e Organização. No fundo trata-se de recuperar, com as mesmas competências mas um estatuto hierárquico diferente, a antiga Divisão de Organização e Sistemas de Informação, que era isso que vigorava até dezembro de dois mil e treze e portanto ficamos aqui com um novo Gabinete.

Depois, também para não estar aqui a ler tudo, depois mais nada. Face ao exposto e nos termos da legislação aplicável propõe-se que a Assembleia aprove o Regulamento dos cargos intermédios de 3º grau, que se anexa e que faz parte integrante da presente proposta. Quero recordar que nos termos da lei o Regulamento para além de definir as áreas de trabalho e as competências de cada unidade orgânica a criar, estabelece os requisitos de recrutamento, as áreas de licenciatura, o período de experiência profissional e o

respetivo estatuto remuneratório dos dirigentes a recrutar, nomeadamente chamo a vossa atenção para o artigo oitavo, que tem estas duas matérias devidamente esplanadas.

É isto, Sra. Presidente. Disse"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Membros da Assembleia, questões sobre esta proposta? Tem a palavra o Partido Socialista, Bruno Grazina."

O **Sr. Bruno Grazina do PS:**

"Senhoras e senhores concordamos que a condensação excessiva das Estruturas Orgânicas Autárquicas prejudica o funcionamento das Autarquias e que o Poder Local deve ter uma autonomia para contratar pessoal consoante as necessidades de cada município. Onde nós podemos divergir é naquilo que consideramos prioridade, que é fruto natural de diferenças ideológicas que se refletem na ideia do que é que deve ser uma gestão de excelência deste município e por esse motivo o PS teria obviamente uma orgânica diferente daquela que é aqui apresentada pela CDU.

Preocupa-nos, também, e a mim pessoalmente, que num estudo da Associação Cívica Transparência e Integridade, sobre o índice de transparência municipal que mede o grau de transparência das Câmaras Municipais através de uma análise da informação disponibilizada aos cidadãos através dos seus websites, a Câmara Municipal de Palmela tenha revelado índices bastante baixos ao nível da disponibilização informação, relativa a organização, composição, funcionamento e contratação pública. Isto é verdade Senhor Presidente, não esteja a dizer que não, basta consultar o estudo, até lhe posso mandar e se quiser consultar."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Eu tenho o estudo e tenho outras coisas."

O **Sr. Bruno Grazina do PS:**

"Aproveitando a discussão deste ponto da ordem de trabalhos, gostaria de convidar-vos aqui à reflexão sobre esta situação, e considerarmos também quais é que seriam as medidas a tomar para corrigir esta situação, para aumentarmos estes índices de transparência utilizando a internet que é um meio que cada vez mais é consultado pelos cidadãos, eu pessoalmente acredito que é um meio que pode aproximar os cidadãos da política e do conhecimento daquilo que é feito ao nível de trabalho Autárquico. Gostaria de deixar-vos aqui a reflexão para pensarmos em algumas medidas que possam aumentar essa proximidade e em especial nesta área também da contratação, e da orgânica dos Municípios, que é essencial para a transparência de qualquer entidade pública e cada vez será mais.

Agora concretamente sobre o Regulamento aqui hoje em discussão, como referi anteriormente o regulamento reflete-se a opções políticas mas que é necessário para o funcionamento da Autarquia e o PS, apesar de ter uma visão diferente, reconhece a importância da aprovação deste Regulamento e nesse sentido, reconhecendo também o interesse público da aprovação desta matéria, irá votar favoravelmente esta proposta.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais intervenções por favor? Sr. Presidente, quer aproveitar para esclarecer."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com certeza, Sra. Presidente.

É só para dizer ao Sr. Membro da Assembleia que quando quiser discutir questões de transparência, eu estou aqui a noite inteira para discutir transparência e para dizer ao Sr. Membro da Assembleia que nós sabemos como é que ficamos bem classificados no ranking.

Se calhar valia a pena o senhor conhecer os critérios, porque nós temos isso tudo estudado e posso dizer-lhe com duas medidas de gestão e um despacho meu nós subimos para os cinquenta primeiros. Agora transparência é ter o e-mail do Presidente e dos Vereadores discriminado? Isso dá logo uma série de pontos. Transparência é outra coisa, eu quero que o senhor pense que esse estudo vale aquilo que vale, há outros estudos sobre a matéria, transparência é aquilo que nós aqui fazemos, transparência é Orçamento Participativo é participação a encontro com as pessoas, isso é transparência.

Queria dizer-lhe, também, que contratação se o senhor consultar bem o nosso site vê lá as questões da contratação, vê lá os concursos e contratação pública existe uma plataforma, nós cumprimos a lei. Essa plataforma basta estar um link, o senhor vai lá à plataforma e vê todos os concursos que o Município lá tem.

Eu quero dizer-lhe que nós para ficarmos bem na fotografia, também vamos alterar uma série de coisinhas que nos permitem logo brilhar, mas não é isso, transparência, transparência é outra coisa, sabe? Dei-lhe só dois ou três exemplos, mas se quiser discutir esse assunto eu tenho a informação técnica comigo, escalpelizamos isso ao pormenor do que é que vale a pena fazer e o que é que não vale a pena fazer, porque, de facto, estamos aqui a misturar alhos com bugalhos.

Relativamente à proposta folgo em saber que os senhores fariam diferente, nós achamos que este é o caminho correto e os nossos trabalhadores que foram envolvidos também na discussão e na participação sobre este modelo de estrutura, que entendemos transitoriamente porque nós temos que ir mais longe, queremos ir mais longe. Eu estou à espera de saber qual é o resultado do Orçamento de Estado, aquilo que foi prometido na primeira versão e aquilo que vai ser aprovado, nós queremos ir mais longe nesta matéria, nós precisamos de mais um Departamento, precisávamos de mais três Divisões, mas nós não vamos hipotecar outras medidas em matéria de pessoal que temos que tomar a breve prazo.

Sobre os índices de transparência estarei disponível um dia para discutirmos isto aprofundadamente porque temos isso tudo escalpelizado. É normal até que municípios que não têm nada que fazer e que tenham coisinhas na internet que nós não temos, o estudo foi feito quando nós tínhamos um *site* em alteração, nós e mais oito Municípios da Península estávamos com o site em alteração. O site atualmente já tem mais informação, mas posso dizer-lhe que, de facto, esses dados não têm o valor que os senhores julgam e relativamente à transparência nós continuamos a ser escrutinados e contactados diariamente pelos nossos Munícipes das mais diversas formas e não é por terem o acesso ao e-mail do Dirigente ou ao e-mail dos Vereadores direto que é mais transparente do que outra coisa.

As ajudas de custo, está na lei, é preciso publicar as ajudas de custo? Desculpe lá são critérios que, de facto, esse estudo vale aquilo que vale. É como outros rankings que servem um bocadinho para fazer uma análise populista sobre esta matéria, a transparência mede-se de outra forma, quando eu lhe sonegar alguma informação, aí sim o senhor pode questionar a falta de transparência do Município sobre essa matéria.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, sim senhor. Sr. Presidente, penso que a questão está clara.

Vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e sete votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS e dois do BE) e três abstenções do PPD/PSD.CDS-PP). Aprovado em minuta.

PONTO QUATRO – Contrato Interadministrativo de delegação de competências do Município de Palmela na Área Metropolitana de Lisboa relativo ao Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, aprovado pela Lei n.º 52/2015 de 9 de Junho

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Proposta quatro, Sr. Presidente quer fazer a apresentação?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Ora bem, proposta número quatro Contrato Interadministrativo de delegação de competências do Município de Palmela na Área Metropolitana, é esta proposta não é verdade? Não estou perdido?

Pois bem, no corpo da proposta o município entendeu, o executivo entendeu, fazer aqui um ponto de ordem relativamente ao novo regime de transporte público consagrado na Lei 52/2015, para recordar que esta Lei é perversa, tem uma única vantagem em nosso entender é que, de facto, os municípios passaram a ter mais competências nesta área dos transportes. Agora ter a competência e não haver os meios necessários para o exercício dessa competência, ter-se extinto a Autoridade Metropolitana de Transportes, verificar-se uma pulverização de competências e fazer desaparecer questões de regulamentação do fundo de serviço público de transportes deixa, de facto, os Municípios preocupados.

Manifestamo-nos contra a lei, demos pareceres no sentido de melhorar a mesma, mas aquilo que é certo é que temos que trabalhar com ela apesar de haver na Assembleia da República várias propostas de alteração à presente lei por parte de vários partidos.

Estas competências é fundamental que estejam ao nível político administrativo mais próximo do cidadão, da realidade, que possa haver uma efetiva participação na decisão, apesar, como eu disse, de não serem acompanhadas da transferência de recursos para o seu exercício, há matérias em que reconhecemos que há vantagens serem geridas a nível intermunicipal e recordo-vos que a competência dos transportes há carreiras municipais, mas a maior parte das carreiras num território como este são suburbanas, são intermunicipais, portanto nenhum município *de per si* pode sozinho falar da concessão das mesmas sem haver uma outra autoridade a nível supramunicipal que faça essa ação coordenada.

Outra nota, nós estamos neste momento, todos os municípios receberam este assunto sem a respetiva regulamentação mas ficámos com um prazo, um prazo que está a decorrer neste momento para a autorização da manutenção do regime de exploração a título provisório e requisitos de autorização para manutenção do mesmo regime. Ou seja, transitoriamente vamos ter que, até junho, validar, autorizar a manutenção das concessões que já existem no nosso território. E o que se pretende com esta proposta de contrato interadministrativo de delegação de competências é que este trabalho, desde logo porque alguns dos poucos técnicos que existem na Autoridade Metropolitana foram integrados na Área Metropolitana de Lisboa, possa ser feito ao nível metropolitano conjugando esta visão local com uma visão mais global, mas garantindo sempre que o Município é sempre ouvido e a sua pronúncia, e o seu parecer, têm carater vinculativo nestes atos que visam a validação, autorização de manutenção, ou mesmo criação alteração ou extinção de linhas de serviço publico rodoviário com incidência municipal.

Portanto, estando salvaguardada esta questão de princípio, o que se propõe é que a Assembleia aceite que possamos celebrar este contrato de delegação de competências do Município na Área Metropolitana de Lisboa em matéria de transportes, nos termos da minuta de contrato anexa à proposta.

Resumidamente Sra. Presidente, estou disponível para outras questões."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, questões sobre esta proposta? Tem a palavra o Partido Socialista, Sr. Membro da Assembleia Raul Cristóvão."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Efetivamente a lei não é perfeita, o Município de Palmela levantou aqui questões contra a lei que nos parecem prementes e pertinentes e, portanto, salvaguardando todos esses aspetos de alguma imperfeição e que porventura terão que ser melhorados em sede própria, parece-nos que podemos começar a caminhar para um transporte metropolitano visto como algo global e não um transporte metropolitano visto por um somatório de partes mas visto, sim, por um total das partes de modo a que a zona norte da Área Metropolitana e a área sul da Área Metropolitana não funcionem como duas zonas completamente distintas e sem ligações entre si, e podermos, efetivamente, ter uns transportes públicos que motivem a população a utilizá-los, que sejam práticos, que estejam de acordo com os interesses das populações, tenham qualidade, que sejam ambientalmente amigos do ambiente e que permitam, efetivamente, fazer uma substituição do transporte individual, que é hoje um dos problemas também não só fruto dos acidentes mas também do congestionamento, da poluição, do ruído, de todo o conjunto de situações que retira qualidade de vida a todo o espaço da Área Metropolitana.

Nessa perspetiva achamos que é importante começar, achamos que há muita coisa a melhorar, o próprio Município de Palmela no seu território, sendo o seu território tão extenso, tem problemas de mobilidade interna e visto num projeto global, ou num plano global, poderão ser mais fáceis se calhar de serem resolvidos ou não.

Por último acho estamos no bom caminho quando sentimos que houve a resolução da gestão do Metro e da Carris por parte do Governo e podem voltar às autarquias, estamos no bom caminho com a monitorização das CCDR e estamos no bom caminho quando aproximamos a decisão das pessoas, e daqueles que estão mais próximos das pessoas, e, portanto, estamos no bom caminho para que daqui a uns anos possamos ter, efetivamente, uma Área Metropolitana também ela nos transportes que sirva as populações que é o que não tem acontecido até hoje.

Nesse aspeto achamos que é tempo também do Município criar o seu próprio Plano de Mobilidade, e com isto ter mais um instrumento que se possa afirmar depois no âmbito metropolitano. Logicamente que há sempre aqui questões quando há uma descentralização, há sempre as questões financeiras,, há sempre recursos financeiros, recursos humanos, este caminho faz-se caminhando e acho que é um inicio razoável para se poder chegar a bom termo.

Tenho dito, e votaremos a favor."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção Sras. e Srs. Membros da Assembleia? Tem a palavra o PSD/CDS, por favor Sra. Membro Maria Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Do ponto de vista local é admissível esta delegação de competências, do ponto de vista político não votaremos favoravelmente uma vez que não temos ainda conhecimento do que é que a AML pretende para o nosso Município e, portanto, pelo menos não fomos disso informados. Deste modo a nossa votação será a da abstenção."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção? Pergunto ao Sr. Presidente se quer acrescentar alguma coisa?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Duas notas muito breves Sra. Presidente.

Relativamente a plano de mobilidade, há um plano de mobilidade metropolitano começou a ser construído no mandato anterior e o Município deu os seus contributos, aliás como o inquérito à mobilidade que infelizmente não foi terminado, e concretizado, que permitia uma distribuição mais justa do que aquela que foi feita apressadamente pelo anterior Governo, pelos operadores do serviço público em matéria de indemnizações compensatórias onde algumas empresas foram claramente beneficiadas em detrimento de outras.

A questão do financiamento é aquele que nos preocupa mais, porque não pode haver serviço público sem financiamento, sem indeminização compensatória e é um desafio que eu penso que os municípios em geral, mas o Estado Português, a própria Administração Central, vai ter que clarificar. Nós, noutros países, temos no imposto sobre os produtos petrolíferos, uma percentagem para o transporte público, temos nas portagens uma percentagem para o transporte publico, temos nalgumas empresas que beneficiam mais de algumas acessibilidades do que outras, uma percentagem para transporte público. Aqui não ficou nada definido, eu espero que não sejam agravamento, ou taxas, para agravar a vida dos cidadãos.

Neste momento o que é que a AML pretende para o Município, para o território de Palmela? Não pretende nada que seja diferente daquilo que o Município pretender. Esta delegação de competências não mete a faca e o queijo na mão da AML, a AML será apenas um veículo de operacionalização da validação transitória até junho das carreiras que estão concessionadas no nosso território. Nós identificamos trinta e oito, sendo que apenas dez são estritamente municipais. O problema é que mesmo as atualmente existentes de certeza que não estão a ser cumpridas nos termos da concessão que foi atribuída. Esta é uma primeira fase, é o que é que queremos manter, em que zonas e em que condições.

A fase seguinte, é aqui que eu vejo vantagens no trabalho à escala metropolitana. Nós fizemos propostas, por exemplo para que, no concelho do Barreiro, os TCB possam trazer as pessoas dos bairros até à estação de Quinta do Anjo/Penalva. Nós fizemos propostas para termos um circuito exclusivamente urbano, Quinta do Anjo/Estação. Nós fizemos propostas para que os TST, em vez terem autocarros parados no Poceirão, possam fazer mais três viagens durante o dia de ligação entre Marateca e Poceirão ou quiçá até Loja Nova. Para que Aires, Padre Nabeto e Estação de Palmela possam ter um circuito autónomo de ligação a Palmela. Agora será que as concessionárias vão concorrer, ou não?

Ora a lógica metropolitana e a escala tem que ser, se eles querem ter aquelas que são muito rentáveis, de Palmela para a Gare do Oriente e outras coisas mais, vão ter de investir também num serviço público e o problema deste regime é que não ficaram definidos os níveis mínimos de serviço. É que dantes, bem ou mal, sendo uma legislação muito antiga, havia uma referência que localidades a mais de "x" quilómetros tinham que ter transportes, isso agora desapareceu, portanto é o mercado, há oferta, há procura, não há? Quem quer paga e isto ficou também assim um bocadinho desregulado.

Os Municípios, como sempre foram muito críticos, agora vão ficar com esta batata quente nas mãos e depois ainda temos aqui outro princípio neste contrato interadministrativo, eu sei que não vou conseguir alterar o sentido de voto do PSD/CDS, mas ainda assim digo. É que há aqui um princípio de não agravamento da despesa pública relativamente às concessões que já existem e mesmo aquilo que venha a ser criado é para trabalharmos com a mesma verba que existe, pelo menos para este ano e, portanto, esta delegação de competências será transitória e outras medidas que venham a mexer com a mobilidade e com o transporte público de passageiros no nosso território terão de ser, de facto, até decididas aqui sem prejuízo em termos operacionais serem negociados também na Área Metropolitana.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos votar esta proposta?"

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e sete votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS e dois do BE) e três abstenções do PPD/PSD.CDS-PP). Aprovado em minuta.

PONTO CINCO – Conselho Municipal de Segurança de Palmela – Criação de Grupo de Trabalho para elaboração do Regulamento

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Último ponto da nossa Ordem de Trabalhos, é uma questão neste momento ainda muito simples, que diz respeito à Assembleia e que tem que ver com a constituição deste nosso Conselho Municipal.

Como provavelmente sabem as Sras. e os Srs. Membros da Assembleia, cabe à Assembleia Municipal, neste caso, constituir e fazer aprovar o respetivo, propor e fazer aprovar, naturalmente, o Regulamento de funcionamento deste Conselho Municipal.

O que eu queria propor era, enfim, poderíamos eventualmente ter uma proposta concreta para fazer nesta altura, mas eu não tive oportunidade de conversar pelo menos com os Líderes, representantes, de cada uma das Bancadas e pergunto, por essa razão, se estaríamos em condições, imagino que não, mas se, estaríamos em condições de indicar os membros de cada uma das Bancadas para a criação deste Grupo de Trabalho? Se não estivermos, a proposta alternativa que eu faço é no sentido de que até ao final desta semana, sem falta, cada um dos Grupos faça a sua proposta.

Já tem uma indicação? Muito bem, os outros grupos têm condições para fazerem essa indicação? Têm? O PSD tem, a CDU não, o Bloco? Pronto então combinamos até ao fim da semana, sem falta, aliás se conseguirmos antes do fim da semana tomamos até ao fim de semana indicação para agendarmos a primeira reunião deste grupo de trabalho. Isto é, logo que eu tenha a indicação de todos os membros informalmente o PS e o PSD, se quiser deixar a indicação pode deixar, e o que nós faremos é contactar logo que haja a indicação das duas Bancadas, neste caso da CDU e do Bloco de Esquerda, para agendarmos a respetiva reunião de trabalho, pode ser assim?

O nosso papel está explicitado no nosso, isto é o papel da Assembleia, e portanto o que se propõe é que este grupo de trabalho reflita e avance com uma proposta no âmbito do nº 2 do art.º 2º, do nosso Regimento, portanto vamos olhar para isto e vamos pensar um bocadinho acerca do que vamos fazer neste grupo de trabalho, mas fundamentalmente está aqui expresso.

Nós devemos nomear este grupo, a lógica que me parece que devemos assumir devemos assumir é a de integrar o elemento de cada uma das Bancadas, devemos pedir depois ao Sr. Presidente da Câmara que nos indique, eu penso que será naturalmente o Serviço Municipal de Proteção Civil, que nos indique quem pode ou quem poderá por parte da Câmara Municipal, eventualmente, acompanhar este processo, criaremos uma agenda muito ligeira para concluir entre nós, grupo, a apresentação duma proposta e depois o objetivo é naturalmente podermos trazer aqui à Assembleia uma proposta.

Como sabem há cidadãos que podem integrar este grupo de trabalho, portanto é importante que cada um de nós vá pensando acerca disso e pronto não tenho nenhuma proposta de data para a próxima Assembleia, mas o nosso objetivo seria trazer o tema à próxima Assembleia.

Alguma questão? Podemos ficar com este registo? Até ao final da semana agendaremos a nossa reunião. Muito bem, pronto então vamos terminar a reunião."

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas vinte e três horas e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e nove de fevereiro de dois mil e dezasseis, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, vinte nove de fevereiro de dois mil e dezasseis.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Primeiro Secretário

Carlos Alberto da Silva Caçoete